

RELATÓRIO FINAL



Expediente

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)

Gestão “Que nossas vozes ecoem vida-liberdade” (2023-2026)

Presidenta: Kelly Melatti (SP)

Vice-Presidenta: Marciângela Gonçalves (AL)

1ª Secretária: Emily Marques (ES)

2ª Secretária: Alana Barbosa Rodrigues (TO)

1º Tesoureiro: Agnaldo Engel Knevez (RS)

2ª Tesoureira: Larissa Gentil Lima (MT)

CONSELHO FISCAL

Jussara de Lima Ferreira (RJ)

Angelita Rangel Ferreira (MG)

Elaine Amazonas Alves dos Santos (BA)

CONSELHEIRAS/OS SUPLENTE

Ubiratan de Souza Dias Junior (SP)

Mirla Cisne Álvaro (RN)

Karen Albini (PR)

Tales Willyan Fornazier Moreira (MG)

Adriana Soares Dutra (RJ)

Iara Vanessa Fraga de Santana (CE)

Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG)

Gestão “Lutar quando é fácil ceder: unidade e resistência na defesa do Projeto Ético-político” (2023-2026)

Presidente: Cláudio Henrique Miranda Horst

Vice-Presidenta: Gláucia de Fátima Batista

1º Secretário: Mauri de Carvalho Braga

2ª Secretária: Thaíse Seixas Peixoto Carvalho

1º Tesoureiro: Fábio Cândido Borges

2ª Tesoureira: Paula Luísa Rodrigues Dutra

CONSELHO FISCAL

Fabiana Nascimento Marques

Cecília Duguet Pinheiro Mageste

Luciana Soares de Barros Alcântara

SUPLENTE

Juliana de Almeida Evangelista Barone

Corina Aparecida de Paiva Vidal

Márcia Alaíde Ribeiro Sacramento

Maicom Marques de Paula

Crislaine Cristina Nascimento Flauzino

Micheline Pires Sampaio

Sandra Eliana da Silva Limonta

Klauze Silva

Seccional Juiz de Fora

Coordenadora: Deiseleny Lopes Teixeira

Tesoureiro: Jazon Ruback Trindade

Secretaria: Fábio da Silva Calleia

Seccional Montes Claros

Coordenadora: Suzana Alves dos Santos Barros;

Secretária: Francine Rodrigues de Oliveira Rocha

Tesoureira: Thainara Soares Veloso

1ª Suplente: Adrielly Franciane de Rezende Santana

2ª Suplente: Thalita Lorrane Rocha Rodrigues

Seccional Uberlândia

Coordenadora: Luana Braga

Tesoureira: Ingrid de Souza Vieira

Secretária: Beatriz Vitória Menezes Oliveira

1ª Suplente: Lucila de Souza Zanelli

COMISSÃO ORGANIZADORA

CFESS

Conselheiro Agnaldo Engel Knevez

Conselheira Emily Marques

Conselheira Mirla Cisne Álvaro

Conselheiro Tales Willyan Fornazier Moreira

Assessoria: Meyrieli de Carvalho Silva

CRESS-MG

Conselheiro Claudio Henrique Miranda Horst

Conselheira Corina Aparecida de Paiva Vidal

Conselheira Klauze Silva

Conselheira Thaíse Seixas Carvalho

Assessoria: Denise Cunha e Talita Freire

Conselheira Raphaela Pinheiro Andrade Fini (CRESS-SP)

PREFÁCIO



Mayara da Silva Saraiva

Quando fui convidada para escrever o prefácio do relatório do Seminário Nacional “Serviço Social, Feminismos e Diversidade Trans”, senti uma dupla alegria. A primeira foi a oportunidade de contribuir novamente com aquele que, sem dúvidas, representou um marco histórico para o Serviço Social brasileiro, para a comunidade trans e para a agenda feminista. A segunda alegria veio ao relembrar os momentos vivenciados ao longo do evento, que contou com três grandes e potentes mesas de debate: “Serviço Social, Feminismos e Diversidade Trans: aliança entre teoria, história e desafios políticos frente ao conservadorismo”; “O exercício profissional de assistentes sociais com pessoas trans nos serviços e políticas públicas” e “Feminismos e diversidade trans: desafios para o trabalho profissional comprometido com a luta anticapitalista, antipatriarcal, antirracista, anticapacitista e transincludente”.

Afirmo que o seminário constituiu um marco histórico, por reunir representantes de importantes entidades e movimentos sociais que atuam na defesa dos direitos da comunidade trans, além de pesquisadoras e pesquisadores dos feminismos e da diversidade sexual e de

gênero no Serviço Social. Partindo de uma perspectiva crítica alinhada ao referencial teórico da tradição marxista e de um direcionamento ético e político comprometido com os princípios da liberdade, da emancipação humana e da defesa dos direitos humanos, o evento contou com debates importantes, que contribuíram significativamente para iluminar a atuação de assistentes sociais no atendimento à população trans e na luta pelos seus direitos.

A primeira edição do evento aconteceu em 2015, na cidade de São Paulo, trazendo o título “Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate”. Sem dúvidas, aquele foi um momento de extrema importância para o debate da diversidade sexual e de gênero na profissão. Nove anos depois, o seminário avança ao incluir, no seu título e em suas mesas de debate, a relação entre a defesa dos direitos da comunidade trans e a luta feminista. Isso porque partimos da concepção de que a transfobia constitui uma “expressão das relações patriarcais de gênero, atravessadas por questões étnico-raciais e de classe” (Saraiva, 2024, p. 16). Em outras palavras, compreendemos que sistemas de opressão e exploração, como o sexismo, o cissexismo¹, o heterossexismo² e o racismo, possuem uma base material comum, que se expressa na subalternização e na inferiorização social das mulheres (sobretudo trans e negras) e do “feminino” no capitalismo. Desse modo, entendemos que a luta pelos direitos de pessoas trans deve ser, também, uma luta feminista, antirracista e anticapitalista.

Todavia, vivemos em tempos sombrios, tempos de avanço do neoconservadorismo, do fundamentalismo religioso e das ofensivas antigênero e antitrans no mundo. Para além disso, como nos diria a grande Simone de Beauvoir, o opressor não seria tão forte, se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos. Sabemos que uma parcela do feminismo

1 O cissexismo pode ser definido como uma “Ideologia, resultante do binarismo ou dimorfismo sexual, que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero. O cissexismo, ao nível institucional, redundando em prejuízos ao direito à autoexpressão de gênero das pessoas, criando mecanismos legais e culturais de subordinação das pessoas cisgênero e transgênero ao gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Para as pessoas trans em particular, o cissexismo invisibiliza e estigmatiza suas práticas sociais” (Jesus, 2012, p. 30).

2 Podemos compreender o heterossexismo “[...] como uma forma ideológica de naturalização dos sexos que organiza, estrutura e dissemina a heterossexualidade como a prática supostamente correta e única possibilidade aceitável de expressão e vivência afetivo-sexual. E, desse modo, temos uma imposição da heterossexualidade sobre as demais possibilidades de orientação sexual, que são tratadas sem aceitação e legitimidade social” (Cisne; Santos, 2018, p. 44).

radical³ que ficou conhecida, em inglês, como TERF (Feminismo Radical Trans-Excludente) - e que, talvez, nem deveria ser chamada de feminismo, nos termos de Butler (2004) -, tem insistido na tese de que a base de dominação do homem sobre a mulher dá-se, única e exclusivamente, a partir da diferença sexual/anatômica, ignorando completamente a dimensão da identidade de gênero na constituição dos sujeitos.

Nessa abordagem, mulheres trans e travestis não poderiam ser consideradas sujeitos políticos do feminismo, uma vez que, ao nascerem “biologicamente do sexo oposto”, não seriam vitimadas pelo patriarcado. Tal perspectiva de análise, além de reforçar a essencialização da categoria mulher, contribui para a exclusão das pessoas trans do movimento feminista. Não à toa, temos observado que a agenda das mulheres trans e travestis tem figurado quase exclusivamente dentro dos movimentos LGBTQIA+, ficando de fora dos espaços de produção acadêmica e de organização política do feminismo. Dizer que mulheres são apenas aquelas que nascem com útero e vulva significa negar as múltiplas dimensões (histórica, social, cultural, política etc.) que particularizam a experiência do que é ser mulher em uma sociedade cis-heteropatriarcal⁴.

Assim, lutamos pela construção de um feminismo que não deixe nenhuma mulher para trás, independentemente de classe, raça, etnia, credo, orientação sexual, identidade de gênero ou qualquer outra diferença. O feminismo que queremos não está pronto e não é propriedade de ninguém, é um campo de disputas e deve ser construído a partir das necessidades reais dos sujeitos. Foi assim com o feminismo negro, com o feminismo lésbico, com o transfeminismo, dentre outras vertentes.

3 O feminismo radical constitui uma importante corrente do feminismo que ganhou força a partir da década de 1970. Em uma análise etimológica, o termo “radical” refere-se à “raiz”. Assim, trata-se de uma perspectiva teórica e política que analisa as desigualdades entre homens e mulheres a partir de sua base estruturante, o patriarcado. Nesse sentido, nossa crítica direciona-se não ao feminismo radical como um todo, mas a uma vertente desse movimento intitulada de transexcludente, ou seja, que se opõe aos direitos das pessoas trans.

4 Segundo o Dicionário Crítico do Feminismo (2009), o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de dominação masculina ou de opressão das mulheres. [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai (Hirata et al, 2009, p. 173-174). A utilização dos prefixos “cis” e “hetero” junto ao termo é feita por autoras como Nascimento (2021), Akotirene (2019) e Cisne; Santos (2018), para dar visibilidade às dimensões cissexista e heterossexista que também estruturam o patriarcado. Neste sentido, o cis-heteropatriarcado pode ser entendido como um sistema de opressão e exploração que incide negativamente sobre a vida das mulheres, das pessoas não heterossexuais e não cisgêneros.

Sabemos que tempos de crise do capital e de avanço do neoliberalismo geram retrocesso de direitos, culto ao individualismo e banalização da vida, afetando, sobretudo, grupos que historicamente têm sido marginalizados na sociedade, dentre eles mulheres, pessoas negras e população LGBTQIA+⁵. Em meio a esse cenário tão desafiador, o Serviço Social brasileiro segue reafirmando o seu compromisso ético e político na luta contra o cis-heteropatriarcado, contra o racismo e a transfobia estruturais.

Como ressaltai durante a minha participação em uma das mesas do seminário, sinto-me feliz e orgulhosa de fazer parte de uma profissão cujo projeto político-profissional está pautado na defesa da liberdade, enquanto valor ético central, e na luta contra todas as formas de preconceito e discriminação. É inegável a luta que o Conjunto CFESS-CRESS tem travado em defesa dos nossos direitos. Se voltarmos um pouco no tempo, iremos nos deparar com diversas iniciativas que reafirmam o posicionamento do Serviço Social no tocante à luta contra a transfobia e pelos direitos da população LGBTQIA+. Aqui, trago apenas alguns marcos dessa discussão no Serviço Social brasileiro, visto que são muitos:

Em 2000, foi inaugurado o projeto “Ética em Movimento”, que contribuiu para o aprofundamento do debate da ética e dos direitos humanos na profissão.

Em 2006, tivemos a campanha “O amor fala todas as línguas”, lançada pelo CFESS, em parceria com os CRESS, em julho daquele ano. Sem dúvidas, um dos principais marcos da inserção da temática da diversidade sexual e de gênero no Serviço Social.

Ainda em 2006, tivemos a aprovação da Resolução CFESS nº 489/2006, que estabelece normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual.

Em 2010, tivemos a criação do GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”, durante a realização do XII ENPESS, no Rio de Janeiro (RJ).

⁵ População formada por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersexo, assexuais e outras identidades de gênero e de orientação sexual.

Em 2011, foi aprovada a Resolução CFESS nº 615/2011, que dispõe sobre a inclusão e uso do nome social da assistente social travesti e do(a) assistente social transexual nos documentos de identidade profissional.

Em 2014, foi lançado o cartaz “Nem rótulos, nem preconceito. Quero respeito”. O material consiste em uma iniciativa do CFESS para o fortalecimento da luta em defesa da visibilidade trans.

Em 2015, foi realizado o “Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero”, que contou com a presença de assistentes sociais e estudantes trans, além de entidades e movimentos sociais em defesa da diversidade sexual e de gênero.

Em 2016, compondo a série “Assistente Social no Combate ao Preconceito”, foi publicado o Caderno 4 - “Transfobia”, de autoria de Guilherme Almeida, homem trans e professor de Serviço Social.

Em 2018, foi aprovada a Resolução CFESS nº 845/2018, que dispõe sobre a atuação profissional do(a) assistente social em relação ao processo transexualizador.

Em 2025, o CFESS divulgou a nova Resolução nº 1.095/2025. A normativa altera a Resolução CFESS nº 1.014/2022 e passa a isentar assistente social travesti e transexual do pagamento da segunda via do Documento de Identidade Profissional (DIP) decorrente da alteração do nome no registro civil ou para inserção do nome social. A normativa está disponível neste relatório.

Para além disso, temos um conjunto vasto de publicações do informativo CFESS Manifesta em defesa dos direitos da população LGBTQIA+.

Por fim, em 2024, tivemos a realização, em Belo Horizonte (MG), do “Seminário Nacional Serviço Social, Feminismos e Diversidade Trans: o trabalho de assistentes sociais com a população trans e travesti”, objeto desse relatório e uma inestimável conquista para a nossa categoria.

Ressalto, mais uma vez, a importância da temática desse seminário para o Serviço Social, tendo em vista a existência de diferentes projetos profissionais em disputa na atualidade. Projetos esses que colocam em risco as conquistas históricas da categoria, ao serem cooptados pela lógica de dominação burguesa, perdendo de vista questões que, para nós, são inegociáveis, como os princípios da emancipação humana e da transformação social.

Mesmo no interior da tradição marxista, vertentes mais economicistas tendem a inferiorizar a luta contra as opressões em detrimento da luta de classes. Afirmam que as chamadas pautas identitárias contribuem para a fragmentação e para o enfraquecimento da luta maior, ou seja, a luta da classe trabalhadora. Todavia, como nos afirma o próprio Marx, a classe não é uma abstração, é composta por sujeitos reais e que se constituem historicamente no movimento da realidade. Assim, as demandas históricas das mulheres, da população negra e da comunidade LGBTQIA+ não estão dissociadas da luta de classes, muito pelo contrário! É justamente a partir dos processos de opressão e exploração desses grupos que o sistema capitalista garante a sua reprodução, desde a acumulação primitiva até os dias atuais.

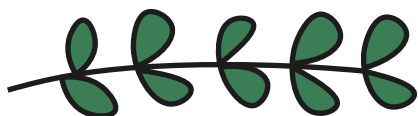
Nesse sentido, analisar a condição sócio-histórica da população trans nessa sociabilidade nos traz elementos importantes para compreendermos, partindo do real, de que modos o cissexismo e a transfobia são funcionais à ordem capitalista. De que forma a transgeneridade, ao desafiar o caráter supostamente natural e universal da cisgeneridade e dos papéis de gênero, seria uma ameaça ao capital? Qual a relação entre a baixa empregabilidade de pessoas trans e a produção de um exército industrial de reserva ainda mais suscetível a ser explorado, inclusive sexualmente? Enfim, longe de querer esgotar esse debate, trago apenas alguns elementos para a reflexão, pois se trata de uma discussão densa e, infelizmente, ainda pouco explorada, apesar do seu enorme potencial teórico e político.

Voltando à realização do seminário, penso que a frase mais ouvida ao seu final foi: “quando teremos o próximo?” De fato, o sentimento refletia a tranquilidade de poder dialogar, dentro na nossa casa, sobre questões que são tão caras para nós. A felicidade de encontrar aliados(as) tão importantes, de somar forças e de perceber que não estamos sozinhos(as) nessa luta.

Por fim, aguardamos ansiosamente a realização do próximo seminário, em que essas e tantas outras questões possam ser debatidas e aprofundadas. Apesar do poder aparentemente inabalável das estruturas e dos “cis-temas” que atuam contra as nossas existências, que possamos manter acesa a chama da esperança e da luta pela construção de uma sociedade em que possamos ser verdadeiramente livres. Sigamos juntas/os/es!

Fevereiro de 2025

INTRODUÇÃO / PRIMEIROS PASSOS



Em 2015, o Conjunto CFESS-CRESS realizou o seminário “[Serviço Social e Diversidade Trans](#)”, no qual exercício profissional, identidade de gênero e a diversidade/orientação sexual foram abordadas. Esse primeiro seminário foi um marco para avançarmos nas lutas e no trabalho profissional comprometido com a diversidade humana.

Um dos indicadores de avanço foi a emissão da Resolução CFESS nº 845/2018, que dispõe sobre atuação profissional do(a) assistente social em relação ao processo transexualizador. A resolução dá destaque à importância de assegurar que a identidade e a diversidade de gênero sejam reconhecidas e respeitadas no conjunto dos processos de trabalho de assistentes sociais.

Já em 2024 o “Seminário Nacional Feminismos e Diversidade Trans” foi fruto de uma deliberação coletiva do 50º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS (Brasília, 2023). O Seminário ocorreu em Belo Horizonte (MG) nos dias 3 e 4 de setembro de 2024 e teve como eixo central o trabalho de assistentes sociais junto à população trans e travesti, em uma perspectiva de feminismo transincludente, antirracista e anticapitalista.

Para concretização desse seminário de maneira mais democrática, ocorreu, em junho, uma **reunião ampliada** com 263 inscrições e participação de mais de 100 assistentes sociais trans ou travestis e/ou que trabalhavam com o referido público.



Registro da Reunião Online

Nessa reunião virtual, houve um diálogo sobre desafios do trabalho profissional e temas pertinentes a serem abordados pelo Conjunto, sabendo que o seminário não esgotaria todas as questões. Outras contribuições foram recebidas a partir de formulário que pôde ser preenchido durante a reunião, com sugestões. As expectativas que apareceram na reunião foram debates sobre: Acolhimento a crianças trans e seus familiares; Ética no atendimento de pessoas usuárias trans e travestis, para além da garantia do nome social; Abordagens teóricas acerca da questão trans e feminismos; Questões relacionadas ao Conjunto CFESS-CRESS; Políticas de acesso às pessoas trans nos espaços de trabalho; Dados e indicadores sociais, geração de trabalho e renda; Infância e Envelhecimento, questões geracionais; Compromisso ético e direitos humanos no Serviço Social; Efetividade das políticas públicas para inclusão e respeito às pessoas transexuais e travestis; Saúde/saúde mental; Educação; Processo transexualizador; Direitos humanos e segurança pública; Assistência social; Trabalho.

Outra iniciativa para ampla divulgação e orientação para o seminário foi a construção do mural/página ([Seminário Nacional](#)), que também teve o intuito de contribuir, estimular e subsidiar os Regionais para as atividades preparatórias locais que antecedessem o evento e que ocorreram em diversos estados do Brasil, conforme registros a seguir.

ATIVIDADES PREPARATÓRIAS DOS REGIONAIS

CRESS-RS

27 de agosto de 2024

<https://www.youtube.com/watch?v=NxuWQlrTvkk>

CRESS-AL

28 e 29 de agosto de 2024

<https://www.cress16.org.br/noticias/seminario-estadual-servico-social-feminismos-e-diversidade-trans-amplia-vagas>

CRESS-AM

19 de julho de 2024

<https://www.cress-am.org.br/noticias/cress-15-regiao-am-realiza-seminario-sobre-servico-social-feminismos-e-diversidade-trans>

CRESS-SP

28 de junho de 2024

<https://cress-sp.org.br/estao-abertas-as-inscricoes-para-o-seminario-feminismos-e-diversidade-trans-em-sao-paulo/>

CRESS-SC

Data: 15 de agosto de 2024

<https://cress-sc.org.br/2024/08/06/ja-fez-sua-inscricao-para-o-seminario-estadual-feminismos-e-diversidades-trans-o-servico-social-no-enfrentamento-a-transfobia-e-ao-conservadorismo/>

CRESS-PB

20 e 21 de agosto de 2024

<https://cresspb.org.br/noticias/webinario-preparatorio-para-o-seminario-nacional-de-servico-social-feminismos-e-diversidade-trans/>

CRESS-MT

20 de agosto de 2024

<https://www.cressmt.org.br/noticias/cress-mt-realizou-nesta-terca-feira-20-08-o-seminario-servico-social-feminismos-e-diversidade-trans/>

CRESS-PR

1º de agosto de 2024

<https://cresspr.org.br/2024/07/18/inscricoes-abertas-para-o-seminario-paranaense-feminismos-diversidade-trans-e-servico-social-o-trabalho-de-assistentes-sociais-com-a-populacao-trans-e-travestis/>

Transmissão: <https://www.youtube.com/watch?v=zjIUKhLPVyY>

Ainda pensando no seminário como um espaço para fortalecimento das lutas e das nossas alianças políticas em defesa dos direitos humanos, convidamos e contamos com as importantes presenças da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat) e Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (Fonatrans) durante o evento.



Outra iniciativa importante foi a contratação da equipe do evento formada por pessoas trans/travestis.



Também inauguramos a utilização do crachá com espaço para autoindicação do pronome pessoal desejado (ele/ela/elu).



Outro cuidado necessário foi a realização de uma reunião prévia com a administração do hotel onde o seminário foi realizado, para que preparassem funcionários(as) para receber as pessoas participantes sem provocar constrangimentos e discriminações. Outras providências também foram as modificações das placas dos banheiros. As recomendações sobre os banheiros foram inspiradas na Nota Técnica⁷ elaborada pela ANTRA ([disponível neste link](#)):

Recomendamos: i) sempre que possível, seja viabilizada a instalação de banheiros de uso individual independente de gênero para além dos já existentes masculinos e femininos nos espaços públicos; ii) realizadas campanhas de conscientização sobre o direito à autodeterminação de gênero das pessoas trans e suas garantias; iii) assim como a possibilidade da fixação de cartazes informando se tratar de espaços seguros e inclusivos para todas as pessoas; e iv) que hajam pessoas qualificadas, incluindo seguranças mulheres, para lidar com situações envolvendo violações contra pessoas trans, especialmente aquelas que trabalham nos espaços femininos, a fim de atuar para evitar escalonamento da situação, prestar apoio e proteção às mulheres e meninas trans, e travestis, que tem sido as principais vítimas desse tipo de violência. Abaixo alguns exemplos de boas práticas em cartazes: Nos banheiros masculinos: “Este banheiro/espço é seguro para o uso de todos os homens” Nos banheiros femininos: “Este banheiro/espço é seguro para o uso de todas as mulheres” Nos banheiros/espços de uso individual multigênero: “Este banheiro/espço é seguro para o uso de todas as pessoas independente do gênero” (ANTRA, 2023, p. 23).



⁷ Associação Nacional de Travestis e Transexuais.. Nota técnica sobre direitos humanos e o direito dos banheiros: Vencendo a narrativa do apartheid de gênero que impede as pessoas transgêneras do acesso à cidadania no uso dos banheiros e demais espaços segregados por gênero. Brasil: Antra, 2023.

- Indicamos que essas orientações referentes aos crachás e banheiros possam ser seguidas nos demais seminários e atividades do Conjunto CFESS-CRESS.

Assim, foi em torno da defesa intransigente da democracia, do pluralismo, da diversidade humana e do trabalho coletivo, que o seminário foi cuidadosamente proposto e organizado.

SEMINÁRIO NACIONAL FEMINISMOS E DIVERSIDADE TRANS: UM BREVE RELATO

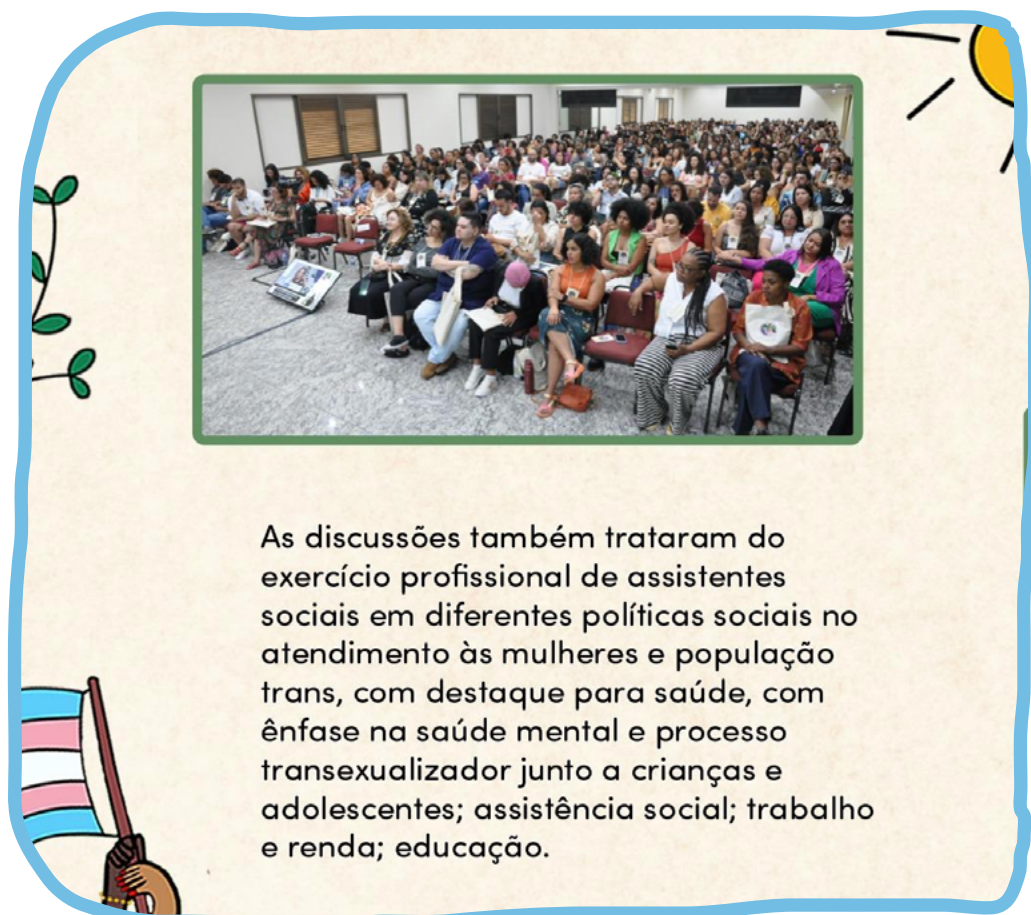
Em 2024, quase uma década após a edição do primeiro seminário sobre diversidade trans, é importante observar a inclusão do nome “feminismos” ao segundo seminário nacional. Essa inclusão veio da necessidade de se debater e reafirmar a perspectiva da construção de um feminismo ‘transinclusente’, que fortaleça a nossa unidade em torno de um projeto societário que não reproduza misoginia, lesbofobia, transfobia, homofobia, elitismo, capacitismo e racismo.

Foi histórico! O Seminário reuniu mais de 500 pessoas de todo o Brasil em Belo Horizonte (MG) nos dias 3 e 4 de setembro. A mesa de abertura teve representantes do CFESS, CRESS-MG, ABEPSS, Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (Antra), Fórum Nacional de Travestis e Transsexuais Negras e Negros (Fonatrans) e Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat).



Mesa de abertura do Seminário

Um marco desse seminário de 2024, que ora apresentamos, foi a referência na palavra de ordem **“diversas, mas não dispersas”**, com a perspectiva de unidade em torno das lutas que nos unificam, voltadas à superação de todas as formas de exploração e opressões.



Ao longo de nossa história, tivemos importantes posicionamentos no Conjunto CFESS-CRESS em defesa da diversidade sexual e de gênero, fundamentados na radicalidade da epistemologia feminista e todo seu legado político e histórico na afirmação contundente da desnaturalização dos sexos, do entendimento crítico de que não nascemos, mas nos tornamos mulheres, como nos ensinou Beauvoir em meados da década de 1940, quando escreveu o Segundo Sexo.

Mais contemporaneamente, muito em decorrência do feminismo negro, avançamos no reconhecimento da diversidade das mulheres, considerando classe social e a importância das relações étnico-raciais para o entendimento de que mulheres não são homogêneas, mas plurais, e que, dentro da nossa diversidade, é fundamental particularizar as desigualdades que afetam mais intensamente as mulheres pobres, negras, indígenas, trans e travestis.



Nessa perspectiva de reconhecimento da diversidade das mulheres como pauta para refletir nossas ações profissionais junto aos direitos e políticas sociais, organizamos o seminário nacional com 3 mesas de debates, todas transmitidas e gravadas integralmente no canal do CFESS:

MESA DE DEBATES 1

“Serviço Social, Feminismos e Diversidade Trans: aliança entre teoria, história e desafios políticos frente ao conservadorismo” com as palestrantes Silvana Mara Santos, Amanda Palha e Mayara Saraiva. Mediação: Luana Braga (CRESS-MG).

Vizualizações em janeiro/2025: 3,7 mil views. [Clique aqui para acessar.](#)



A MESA ABORDOU A CONJUNTURA BRASILEIRA E OS DESAFIOS FRENTE AO NEOCONSERVADORISMO, TRAZENDO A COMPREENSÃO DA DIVERSIDADE HUMANA NA PERSPECTIVA DE TOTALIDADE, COM DESTAQUE PARA A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO, COM ELEMENTOS SOBRE SERVIÇO SOCIAL, DIVERSIDADE TRANS E ESTRATÉGIAS PARA O COTIDIANO PROFISSIONAL.

A mesa iniciou com a fala da professora Silvana Mara, que abordou a conjuntura como atualização de um sistema estrutural de desigualdade e autoritarismo da nossa formação sócio-histórica, que formata o sistema cis-heteropatriarcal. Destacou o racismo, o patriarcado e a divisão sexual do trabalho como elementos estruturantes das relações sociais, que são funcionais ao capitalismo. Problematicou o capitalismo como um sistema antidiverso, ou seja, averso à diversidade, por isso, defendeu a necessidade de uma agenda emancipadora, contrária ao conservadorismo e, para tanto, há a demanda de uma articulação entre teoria,

história e política. Destacou os recentes golpes à democracia, a construção de um governo com traços fascistas e de ultradireita, que atacou permanentemente a diversidade humana, em particular a diversidade sexual e de gênero. Esse tempo de decadência material e ideológica fez com que as forças de direita voltassem à cena, disputando um projeto de sociedade, declarando guerra à classe trabalhadora na sua diversidade. Para enfrentar essa guerra antidiversidade, a professora destacou a importância da teoria em articulação com a história, ou seja, ter um método. A importância também da solidariedade de classe para além do empoderamento, pois esse não significa consciência de classe. Para pensar nossa existência e nossa sociedade, para compreensão das relações que estruturam a desigualdade que vem nos dizimando. Nosso campo inimigo é essa direita que nos mata, que nos persegue, e não amigos que usam um nome errado, ainda que tenham que ser corrigidos e aprender.

Para discutir diversidade, precisamos partir da situação concreta da exploração da força de trabalho, que denuncia o racismo e a divisão sexual do trabalho. A pauta da diversidade sexual e de gênero precisa articular as condições objetivas e subjetivas. Diversidade dentro de um tempo histórico e com a força da singularidade, com nossas capacidades de resistências. Nós carecemos uns dos outros para nos constituir na nossa individuação. Assim, a professora abordou diversidade sexual em uma perspectiva emancipatória, em sintonia com a história do projeto ético-político do Serviço Social. Como desafios, destacou: temática da diversidade com vinculação ao projeto ético-político, numa perspectiva de totalidade; luta permanente contra o conservadorismo; combate e enfrentamento coletivo do modelo universal de mulher; combate ao machismo; combate e enfrentamento coletivo da transfobia; fortalecimento da visibilidade trans, com destaque ao 29 de novembro.

A professora destacou, ainda, a importância da abertura ao diálogo e ao processo contínuo de ensinar-aprender todos os dias, intermediado pelas nossas experiências e diversidades e a necessidade da luta permanente pelos direitos humanos. “Não podemos desistir de ensinar no sentido da educação popular”, disse a professora.

Amanda Palha deu ênfase à importância do materialismo como uma chave analítica para pensar o feminismo a partir de uma epistemologia trans. O transfeminismo não é sinônimo de movimento trans. O transfeminismo não é só uma corrente teórica, tem implicações

teóricas diversas, mas há um foco na ação política. O transfeminismo vem no sentido de inaugurar uma nova concepção de mundo, na qual as pessoas trans não sejam apenas um “apêndice” ou mesmo “incluídas”, mas que sejam consideradas na concepção do mundo como um todo. Amanda também problematizou o conservadorismo e o fascismo, afirmando que “sequestraram” ferramentas teóricas importantes para compreensão do nosso tempo histórico, inclusive por parte das próprias pessoas do movimento trans. Por isso, por exemplo, falar em feminismo materialista virou sinônimo de transfobia, o que é um equívoco para a autora. Sobre o que se convencionou chamar de feminismo radical como sinônimo de transfobia, também alertou que pouco tem a ver com o feminismo radical da década de 1970/80, não se mostra como unidade teórica, mesmo quando reivindicam materialistas, mas não corresponde ao materialismo. Assim, há um desafio de produção teórica para compreensão de mundo. Teoria é uma ferramenta para qualificar uma ação política. Transfobia é um problema societário, político e ético. Não é um problema teórico. Se uma “teoria” produz violência/vulnerabilização/marginalização a grupos, ela está errada. O compromisso político vem antes da teoria. O materialismo é uma ferramenta muito importante para pensar gênero, mas livre do “sequestro” do conservadorismo ao conceito. Materialismo não é o averso do pensado, sentido e do subjetivo. Identidade faz parte da experiência social, não é de segunda importância. Materialismo não é uma questão de oposição entre objetividade e subjetividade, entre o concreto/palpável e o que é sentido. O materialismo é um pressuposto filosófico que “parte da determinação última da existência coletiva e da garantia coletiva da existência, da determinação última da forma como produzimos coletivamente a vida e como garantimos coletivamente a vida. Essa é a determinação materialista. Não objetivo x subjetivo, não é simplista desse jeito, não é reducionista desse jeito”. Assim, a autora destacou que tanto as condições objetivas, quanto subjetivas, são importantes no processo de produção e garantia coletiva da vida. Assim como não podemos cair numa oposição entre natureza *versus* social, a nossa natureza é social. A noção de sexo biológico é um produto e não produtora das relações de gênero.

Amanda falou ainda, da importância do trabalho e da divisão sexual do trabalho para compressão do mundo e das condições de existência. E não há uma oposição entre trabalho e identidade, como não há oposição entre classe e diversidade. Não é possível falar de trabalho sem falar de gênero e raça. Amanda destacou a importância de entender

que gênero é um qualificador do trabalho e é necessário compreender os trabalhos que produzem força de trabalho, principal mercadoria da sociedade.

Por fim, Amanda falou da importância de um feminismo que não apenas inclua/absorva pessoas trans, mas seja compósito com as capacidades epistemológicas das pessoas trans, não como “adendo”, mas com uma política concreta de aliança, considerando a diversidade das experiências. Destacou ainda, a maturidade do CFESS nesse debate há mais de uma década e que tem muito orgulho da categoria e da forma com o trabalho é conduzido.

Mayara Saraiva iniciou sua fala com um relato pessoal de sua trajetória e construção de sua identidade como mulher trans, abordando os desafios e fortalezas desse processo. Mayara defendeu a tese da existência de uma imbricação entre misoginia, transfobia, racismo e patriarcado, que compõem o sistema cis-heteropatriarcal, racista e capitalista. Enfatizou a importância do marxismo e da compreensão de totalidade para análise da sociedade. Nessa perspectiva, entende que a transfobia não é um problema apenas das pessoas trans, mas faz parte de uma luta contra o racismo, o patriarcado e capitalismo. Disse que o feminismo não pode abandonar nenhuma mulher, que precisamos estar juntas e juntos em defesa de uma vida plena, para termos mais forças para lutar contra o feminicídio, o machismo, a misoginia, a transfobia. Mulheres cis precisam estar em defesa da luta contra as violações de mulheres trans, assim como mulheres trans precisam estar, por exemplo, em defesa das mulheres cis e de pessoas que gestam, pelo direito ao aborto seguro.

Destacou posteriormente, os avanços da profissão protagonizados pelo Serviço Social brasileiro e pelo Conjunto CFESS-CRESS na pauta da diversidade trans, e enfatizou a importância do marxismo como perspectiva emancipatória para o feminismo, por meio da qual devemos construir nossa unidade na diversidade. Citou alguns marcos dessa trajetória. Em 2000, projeto Ética em Movimento; em 2006, a resolução CFESS nº 489, que veda conduta sobre discriminação por orientação sexual; em 2010, a criação do GTP da Abepss sobre relações de classe, gênero, raça e sexualidades; em 2011, a resolução CFESS nº 615, que dispõe sobre o uso do nome social; em 2015, o primeiro seminário nacional sobre diversidade trans; em 2016, a publicação do caderno 4 da série combate ao preconceito, sobre transfobia, de autoria de Guilherme Almeida; em 2018, a resolução CFESS nº 845, que

dispõe sobre atuação profissional no processo transexualizador, além de diversas outras publicações em defesa dos direitos da população LGBTQIA+.

Por fim, Mayara falou do orgulho da profissão e reafirmou seu compromisso de permanecer na luta para que nenhuma mulher cis, trans ou travesti seja descriminalizada.

MESA DE DEBATES 2

“O exercício profissional de assistentes sociais com pessoas Trans nos serviços e políticas Públicas”, com Liliane Caetano, Agnaldo Engel, Thiago Stephan Moreira e Pam Herrera. Mediação: Raphaela Fini (CRESS-SP)

Visualizações em janeiro/2025: 1,8 mil views. [Clique aqui para acessar na íntegra.](#)

Na mediação desta mesa, **Raphaela Fini**, que é assistente social, conselheira do CRESS-SP e pessoa trans, conduziu e teceu importantes contribuições sobre o debate.



**A MESA 2 TRATOU DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE
ASSISTENTES SOCIAIS, EM DIFERENTES POLÍTICAS
SOCIAIS, NO ATENDIMENTO ÀS MULHERES E POPULAÇÃO
TRANS, COM DESTAQUE PARA A SAÚDE, COM ÊNFASE NA
SAÚDE MENTAL E PROCESSO TRANSEXUALIZADOR JUNTO
A CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ASSISTÊNCIA SOCIAL:
TRABALHO E RENDA: EDUCAÇÃO.**

Liliane Caetano, assistente social e pesquisadora sobre o tema, apontou a necessidade de desconstrução da lógica binária de gêneros, sobre não se pressuporem características físicas ou a identidade de gênero de uma pessoa por sua aparência, sua expressão/papel de gênero. Abordou a respeito de diversidade, dissidência e variabilidade de gênero, e sobre possibilidades de vivências como pessoas trans, não binárias e cis. Enfatizou a não discriminação e respeito à autodeterminação das pessoas, se embasando no projeto ético-político da profissão, e reforçou a importância de o Conselho já dispor da Resolução CFESS nº 845/2018.

Trouxe marcos históricos e de regulamentações que explicitam a assistência e desassistência para a população trans e travesti no país. Questões estruturais do chamado “processo transexualizador”. Problematicou perspectivas de patologização e “psiquiatralização”, que se contrapõem ao direito ao corpo. Também mencionou desafios, como a necessidade de publicação do Programa de Atenção Especializada para a População Trans (PAES POP TRANS). Além disso, considerou aspectos que cabem a assistentes sociais neste campo.

Abordou sobre a assistência para crianças e adolescentes trans/dissidentes de gênero, contexto em que se explicita ainda mais o conservadorismo presente nas relações sociais brasileiras; destacou as lutas, o pioneirismo da nossa categoria a normatizar sobre o tema e elementos de sua pesquisa de mestrado, como demandas observadas. Por fim, falou sobre linguagem inclusiva, considerando necessidades de avanços.

Aginaldo Engel, trabalhador do SUS na Rede de Atenção Psicossocial (Raps) e conselheiro do CFESS, trouxe relato de uma **experiência de atendimento** a pessoas em transição de gênero em Osório, município do litoral norte gaúcho considerado de pequeno porte II. Relatou a implementação de um grupo semanal executado no Caps Casa Aberta de Osório (RS) desde 29 abril de 2022, voltado às demandas de saúde mental da população em transição de gênero, buscando coletivizar estas demandas.

Relata que este grupo surge a partir do reconhecimento das necessidades de cuidado em saúde mental das pessoas trans, em atenção a várias demandas de atenção psicossocial, circunscritas à falta de acesso em saúde, preconceitos e estigmas presentes na sociedade e instituições. Como efeitos na saúde mental, sublinha-se sintomatologia associada principalmente à autolesão (violência autoinfligida), ideação suicida/tentativa de suicídio, ansiedade/fobia social, uso de substâncias psicoativas, dentre outros, que derivam de diferentes determinantes, condicionantes e determinações sociais.

Destaca que muitos encaminhamentos ainda decorrem de CID 10 F64 (disforia de gênero), muito embora a disforia de gênero não deva ser tomada como sinônimo de adoecimento/sofrimento mental, já que é ela também a propulsora deste reconhecimento enquanto pessoa em transição de gênero. Por outro lado, enfatiza que alguns sofrimentos decorrem da própria dificuldade de acesso das pessoas que desejam modificações corporais, seja para tratamento hormonal ou para acesso às cirurgias de afirmação de gênero, mais popularmente até então denominadas de cirurgia de redesignação sexual ou processo transexualizador.

Percorrendo os objetivos do grupo, destacou as seguintes ações: Encontros Semanais do Grupo no Caps; Ocupação Coletiva de espaços na Cidade; Sessões de Cine DHebates; Articulação da Rede Intra e Intersetorial; Busca pela ampliação de Serviços na Cidade; Contatos com Movimentos Sociais Organizados; Grupo de familiares e amigos; Articulação com espaços acadêmicos.

Afirma que, assim, o grupo possibilita o reconhecimento de múltiplos agenciamentos subjetivos relacionados a noções de gênero que vão para além da lógica binária. Questões relacionadas a pronomes que identificam seus gêneros, a luta por nome social e registro civil, tratamento hormonal e o compartilhamento de esforços por existirem socialmente nos espaços sociais

(escola, cidade, família extensa), dentre outros aspectos que podem ser acolhidos.

Considerou em sua fala que a efetivação deste grupo no Caps vem cumprindo o objetivo de ser uma ação terapêutica, mas, sobretudo, pode-se destacar que vem contribuindo para a perspectiva do conceito ampliado de saúde e proporcionando também uma prática de educação para a cidadania. Salienta que oportunizar, a pessoas transgêneros, esta vivência e experiência, contribui também no acesso à informação e sobre como obter acesso a outros direitos fundamentais na rede intra, intersetorial e interinstitucional entre órgãos públicos e da sociedade civil. E concluiu, falando da expectativa de que esta experiência possa também inspirar outras iniciativas que permitam acesso ao direito fundamental de atenção à saúde e confirmem maior respeito e dignidade neste acesso e no reconhecimento desta população, enquanto sujeitos de direitos.

Thiago Stephan Moreira, assistente social e homem trans, relatou seu exercício profissional em um cargo de gestão, estando à frente da coordenação de políticas públicas para a população LGBTQI+ na secretaria Especial de Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (MG).

Durante sua fala, fez uma pequena retomada histórica das ações realizadas pelo poder público do município na promoção e defesa dos direitos fundamentais da comunidade LGBTQIA+. Juiz de Fora tem o marco de ser a primeira cidade a aprovar uma lei de combate à LGBTfobia no país, Lei nº 9.791/2000, conhecida como Lei Rosa.

Deu destaque as ações da gestão municipal da prefeita Margarida Salomão e algumas importantes conquistas, como o Plano Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBTQIA +, a instituição do conselho municipal por meio de lei e a lei que prevê o respeito ao nome social em toda a administração direta e indireta no município.

No intuito de falar sobre promoção de direitos fundamentais da população trans, o direito ao nome, falou sobre o projeto desenvolvido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos: “Meu nome, minha identidade”, para promoção da retificação gratuita de nome e gênero para pessoas trans e não binárias que residam no município. Destacou que, graças ao trabalho em rede, existem projetos para retificação gratuita tanto no Poder Executivo,

quanto no Legislativo e no Judiciário, o que torna o município referência na promoção de tal direito fundamental.

Pam Herrera, assistente social e pessoa intersexo, trouxe importantes reflexões sobre a **importância do acolhimento da população intersexo**. Destaca o exercício do Serviço Social na Associação Brasileira de Intersexos (Abrai), especialmente na articulação de rede, em que busca promover articulação com equipes multidisciplinares para ampliar a visibilidade intersexo. Com palestras e oficinas, busca levar informação para grupos diversos acerca do tema intersexualidade e no atendimento direto, prestar acolhimento a pessoas intersexo e familiares, com efetivação de encaminhamentos diversos.

Destacou que precisamos visibilizar as pessoas intersexo no Brasil. Porque são pessoas que estão tendo seus direitos humanos violados, por vezes já no momento de seus nascimentos, quando são submetidas a cirurgias genitais reparadoras e desnecessárias, somente para atender à norma binária socialmente imposta e não porque há uma demanda urgente de saúde.

Reforça que, para o Serviço Social, é fundamental compreender as demandas da comunidade intersexo, pois é comum assistentes sociais serem indicadas(os) para a interlocução com a família das crianças intersexo. Ouvir pessoas intersexo adultas, ler sobre o assunto, pesquisar depoimentos pode embasar o trabalho a ser feito com essas famílias e evitar violações de direitos que se sustentam no conservadorismo.

MESA DE DEBATES 3

“Feminismos e diversidade Trans: desafios para o trabalho profissional comprometido com a luta anticapitalista, antipatriarcal, antirracista, anticapacitista e transincludente”, com Rayane Noronha Oliveira, Bruna Benevides (Antra) e Fabian Algarte (Ibrat). Mediação: Emily Marques. O Fonatrans justificou ausência por questões de saúde.

Visualizações em janeiro/2025: 1 mil views. [Clique aqui para acessar na íntegra.](#)



Mesa 3

A mesa iniciou com a apresentação de **Fabian Algarte**, que se apresentou e explicou que utiliza os cordões com símbolos do girassol e do quebra-cabeças, por ser um homem trans autista nível 2 e fala sobre ser pessoa, ser reconhecido como indivíduo e direitos humanos e ter acesso ao que todo indivíduo tem, como ir ao banheiro sem ser alvo de violências, principalmente, advinda da população cisgênero masculina. Fala do medo de toda a comunidade trans de frequentar o banheiro, algo que é cotidiano. Tal questão traz uma série

de outras violências, como não beber água ou se alimentar. Reflete que essas violências precisam ser enfrentadas pela educação e pela lei, pois oprimem muitas pessoas, já que a sociedade é transfóbica, machista, racista, etarista, classista e capacitista, e tira os direitos das pessoas de simplesmente serem pessoas. Não sofre violências por ser trans, mas porque há sujeitos preconceituosos que impõem normas e, às vezes, a vítima que acredita estar errada. Fala que as pessoas trans ainda são vistas como aberrações e têm direitos constantemente negados, inclusive via SUS, como nos casos de aborto legal.

Divulgou o Observatório Anderson Herzer, construído pelo Ibrat, que monitora as violências, suicídios e mortes violentas de pessoas transmasculinas e traz alguns depoimentos e estatísticas que podem ser acessados no relatório disponível no site da organização. Denuncia que 60% da população trans e travesti sofreu violência doméstica. Destacou que, em 2022, 68% das pessoas transmasculinas sofreram violências advindas de algum familiar e 78% tinham ideações suicidas. Ressalta que a Antra têm importantes dados gerais dessa realidade. Relatou que 16% da população transmasculina refere que sofreu insegurança alimentar, 11% não possuem renda familiar.

Ainda, traz o dado de que, em 2022, 78% da população transmasculina sofreu capacitismo; em 2023, foi 70%. Relatou que ele próprio já sofreu várias vezes transfobia e capacitismo, como espaços que atendem população trans, mas se negam a atendê-lo por ser autista. Denuncia como as pessoas são rotuladas via CIDs e transtornos, para acessar atendimentos. Destaca que esse processo violento dissocia as pessoas e a diversidade que as compõe, pois ele não é só trans, não é só autista, e precisaria escolher, não sendo visto em sua totalidade. Traz o componente étnico-racial, pois, se abordar as questões da transgeneridade preta, serão muito mais violências.

Falou sobre a sobrecarga de precisar saber normativas, direitos, documentações de diferentes áreas, para acessar serviços, e sensibiliza profissionais de Serviço Social, no processo de atendimento, a compreenderem que muitas vezes as pessoas chegarão revoltadas, devido às trajetórias que vivenciaram. A importância de formação continuada para compreender as barreiras, violências e conhecimento sobre a população que atendemos.

FABIAN, HOMEM TRANS E COORDENADOR DO IBRAT, DEU UM EMOCIONANTE DEPOIMENTO SOBRE AS VIOLÊNCIAS QUE SOFREM AS PESSOAS TRANS NA SOCIEDADE, DANDO EXEMPLOS DE TRANSFOBIAS E ORIENTANDO SOBRE PRÁTICAS A SEREM ADOTADAS PARA COMBATER ESSA DISCRIMINAÇÃO. "É FUNDAMENTAL CONTARMOS COM O APOIO DO SERVIÇO SOCIAL, NA PERSPECTIVA DA INTERSETORIALIDADE, PARA UMA ATUAÇÃO PROFISSIONAL COMPROMISSADA COM O COMBATE À DISCRIMINAÇÃO CONTRA OS HOMENS TRANS, CUJAS VIOLÊNCIAS E ANGÚSTIAS EU VIVENCIO TODOS OS DIAS", ALERTOU O COORDENADOR.

Bruna Benevides, enquanto travesti e movimento social, traz que os avanços que a população trans possui foram fruto de lutas ao longo da história, não sendo natural ou tranquilo, sendo as violências uma forma de manutenção das injustiças, sobretudo atacando corpos que não são considerados legítimos pelo Estado de Direito.

Abordou sobre quando a democracia rifa direitos de grupos que não são rentáveis para o capital neoliberal. Enfatiza que, embora parte das organizações recebam por vezes patrocínios de empresas, a maioria da população trans e travesti se constitui por processos de intensa vulnerabilidade, com dificuldade de direitos básicos como à cidade, à individualidade e tantos outros que são reconhecidos como direito da dignidade humana e, por vezes, ao reivindicarem direitos, as pessoas trans são vistas como violentas, mas violenta é a transfobia, é o racismo, é toda ação que vai produzir violação ou negação de direitos. Também ressalta a violência de tentarem adequar as pessoas, tanto pessoas com deficiência, como pessoas trans.

Falou sobre as *fake news*, desinformação que coloca mulheres trans como inimigas ou que faz retroceder os direitos das mulheres cisgênero ou as coloca em risco. Denuncia que essa construção não encontra materialidade e o medo que é produzido serve para negar direitos e acessos. A diversidade é trazida como ameaça ou identitarismo, sendo uma armadilha. Reafirma que a diversidade precisa ser recolocada como a regra da nossa sociedade, que é como avançamos democraticamente e não o que a extrema direita coloca, que ameaça mulheres, crianças e toda a vida do planeta.

Refere que há uma agenda antigênero e que desconstruir mentiras, falácias, se faz fundamental, pois pontua que as políticas para a população LGBTQIA+ foram totalmente desmanteladas no governo anterior e até agora as respostas não foram suficientes para suprir esses recuos.

Identifica que há um processo de perseguição pública. Aborda que a cidadania das pessoas trans, por vezes, é interditada dentro do próprio espectro da esquerda. As próprias políticas públicas nos separam e negam direitos institucionalmente, podendo institucionalizar a transfobia, citando o exemplo da denúncia que fazem do modelo de RG que está sendo pautado e precisando muitas vezes judicializar questões que eram para ser encampadas pelo governo.

Reforça que os dados que mostram o que afeta as mulheres cisgênero são muito parecidos com o que afetam a população trans. Pontua que transfeminicídios são feminicídios e que precisamos romper com toda e qualquer violência e com a agenda ultraconservadora da extrema direita. Encerra falando que temos que ter orgulho de nos reconhecer como feministas, anticapacitistas, antirracistas e anticapitalistas. O compromisso de assistentes sociais não se dá por benevolência, mas por compromisso ético e precisamos de formação para humanizar para o atendimento e não reproduzir violências.

**BRUNA BENEVIDES, TRAVESTI, FEMINISTA, SARGENTA DA
MARINHA E PRESIDENTA DA ANTRA. APRESENTOU DADOS REAIS
SOBRE AS ESTATÍSTICAS QUE ENVOLVEM AS VIOLÊNCIAS
CONTRA A POPULAÇÃO TRANS NO BRASIL, RESULTADO DE**

PESQUISA COORDENADA POR ELA DESDE 2017. “HOJE HÁ UMA AGENDA ANTIGÊNERO, QUE EM ALGUNS MOMENTOS RECAI COM MAIOR INCIDÊNCIA SOBRE PESSOAS TRANS, ISSO EM TODOS OS ESPECTROS POLÍTICOS, POR TER SE TORNADO UMA PAUTA QUE CAUSA DESCONFORTO. ISSO AGRAVA A NOSSA LUTA PELA INTERSECCIONALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NOS ESPAÇOS DE CONTROLE SOCIAL. PRECISAMOS EM DEFINITIVO ROMPER COM A VIOLÊNCIA, POIS QUEREMOS OCUPAR OS LUGARES QUE DESEJAMOS”, DENUNCIOU BENEVIDES.

Por último, Rayane Noronha resgata brevemente como o Serviço Social tem lidado com as temáticas que envolvem a relação entre classe, gênero, raça e sexualidades e como ainda há um descompasso entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Traz, dentre os marcos, campanhas como “O Serviço Social mudando o Rumo da História: reagir contra o racismo é lutar por direitos (CFESS/CRESS, 2005); O amor fala todas as línguas: Assistente Social na luta contra o preconceito (CFESS/CRESS, 2006); Criação Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia e Sexualidades da Abepss (2010); Assistente Social no combate ao preconceito, (preconceito, o uso de drogas, a transfobia e o racismo) (CFESS-CRESS, 2016); Seminário “Serviço Social e Diversidade Trans” (2015); Campanha Assistentes Sociais no Combate ao Racismo (CFESS-CRESS, 2018); Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social (Abepss, 2018), Plataforma Antirracista (Abepss, 2022), Oficinas Regionais Abepss 2023 - eixo central: debate étnico-racial/Abepss Itinerante 2024; Resoluções do CFESS, como a 489/2006 (veda condutas discriminatórias) a 785/2016 - revogou a 615/2011 (inclusão e uso do nome social), 594/2011 (linguagem não discriminatória, código de ética e orientação sexual); 845/2018 (atuação profissional do/a assistente social em relação ao processo

transexualizador) e material educativo do Conjunto CFESS-CRESS para atendimento às pessoas trans e travestis (2019).

Enfatizou que o Serviço Social é uma das primeiras profissões que garantem a utilização do nome social no exercício profissional a profissionais travestis e transexuais e, posteriormente, assegurando o nome social no documento de identidade profissional, conforme estabelecido na Resolução CFESS nº 785/2016 (que revogou o primeiro texto, de 2011) e a importância da nota técnica “sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito raça/cor/etnia” (2022) e da nota técnica “A importância ética do trabalho de assistentes sociais nas diferentes políticas públicas para a garantia do direito à vida das mulheres e para a materialização do direito ao aborto legal” (2022).

Reivindica aprendermos com as premissas do feminismo negro e do transfeminismo, sempre referenciando as que vieram antes de nós. Destaca as diversas mulheridades, feminilidades, travestigeneridades, masculinidades, as várias pessoas LGBTQIAPNB+, homens transgêneros, transmasculinos, pessoas não binárias, lésbicas e sapatonas, pessoas negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, do campo, da cidade, das favelas e comunidades e de vários outros espaços, que possam confluir na luta anticapitalista, em um sentido que evidencie também a luta contra o cis-heterossexismo, a cisgeneridade, o racismo, o capacitismo e as formas com que o sistema capitalista forjou hierarquias a partir de uma concepção de humanidade.

Reforça a importância da luta interseccional, com unidade na diversidade, e a compreensão da Indissociabilidade da racialização do gênero, da generificação da raça, da heterossexualidade compulsória e da cisgeneridade, sendo importante a garantia do pluralismo e avanços para o Serviço Social. Considera que, desde a década de 1990, configura-se um esforço, no Serviço Social, de desenvolver de forma mais intensa as dimensões ético-política e técnico-operativa em torno dos debates raciais, de gênero e sexualidade – por meio das campanhas e resoluções lançadas historicamente no interior da profissão, associados, sobretudo, ao exercício profissional. Entretanto, há um menor desenvolvimento da dimensão teórico-metodológica, que ainda é percebida por nós como uma dimensão bastante marginal na formação profissional. Compreendemos as dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica de maneira indissociável.

Reforça a unidade entre formação e exercício profissional e a necessidade da ampliação do debate, para além do caráter exclusivista de uma disciplina sobre a temática. Destaca que para intervir precisamos investigar, realizar pesquisas e ofertar respostas às demandas postas imediatamente no espaço sócio-ocupacional (ampliar pesquisas protagonizadas por pessoas trans, travestis e transgênero) e lutar por políticas e garantir as conquistadas no exercício profissional.

RAYANE NORONHA, ASSISTENTE SOCIAL E PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), REFLETIU SOBRE O COMPROMISSO TEÓRICO-METODOLÓGICO E ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL EM RELAÇÃO AOS FEMINISMOS, DISSIDÊNCIAS SEXUAIS E DE GÊNERO E RAÇA. A PROFESSORA PONTUOU A INDISSOCIABILIDADE DA RACIALIZAÇÃO DO GÊNERO, DA HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA, AS PREMISSAS DO FEMINISMO NEGRO E DO TRANSFEMINISMO E OS NECESSÁRIOS AVANÇOS PARA O SERVIÇO SOCIAL.



Mesa de encerramento do Seminário

PERFIL DE PARTICIPANTES

Encerramos o seminário considerando o resultado exitoso, tendo **1.064 inscrições** realizadas, o que demonstra o interesse da categoria, e **446 credenciamentos** realizados no local. Os dados apresentados a seguir, referentes ao perfil de participantes, não foram preenchidos por todas as pessoas, considerando que algumas inscrições foram feitas durante o evento presencialmente.

MODALIDADE DE INSCRIÇÃO

Item	Número de Credenciamentos
Assistente Social com inscrição no Cress	360
Estudante de Serviço Social com matrícula ativa	41
Bacharel em Serviço Social	22
Outras categorias profissionais	23

Percebemos grande participação de assistentes sociais com inscrição ativa nos Regionais, o que reforça o papel pedagógico das ações do Conjunto CFESS-CRESS e pode impactar na maior qualidade no exercício profissional. Entendemos que a expressiva participação de assistentes sociais no seminário possibilita mobilizar e engajar demais assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais, visto que todas as mesas do seminário estão disponíveis no canal do CFESS no Youtube, e contam com milhares de visualizações.

ESTADO / RESIDÊNCIA

Estado	Número de Credenciamento	Estado	Número de Credenciamento
AC	03	PB	04
AL	10	PE	02
AM	05	PI	03
AP	03	PR	12
BA	13	RJ	18
CE	09	RN	05
DF	11	RO	06
ES	18	RR	02
GO	14	RS	14
MA	02	SC	09
MG	222	SE	05
MS	02	SP	41
MT	11	TO	01

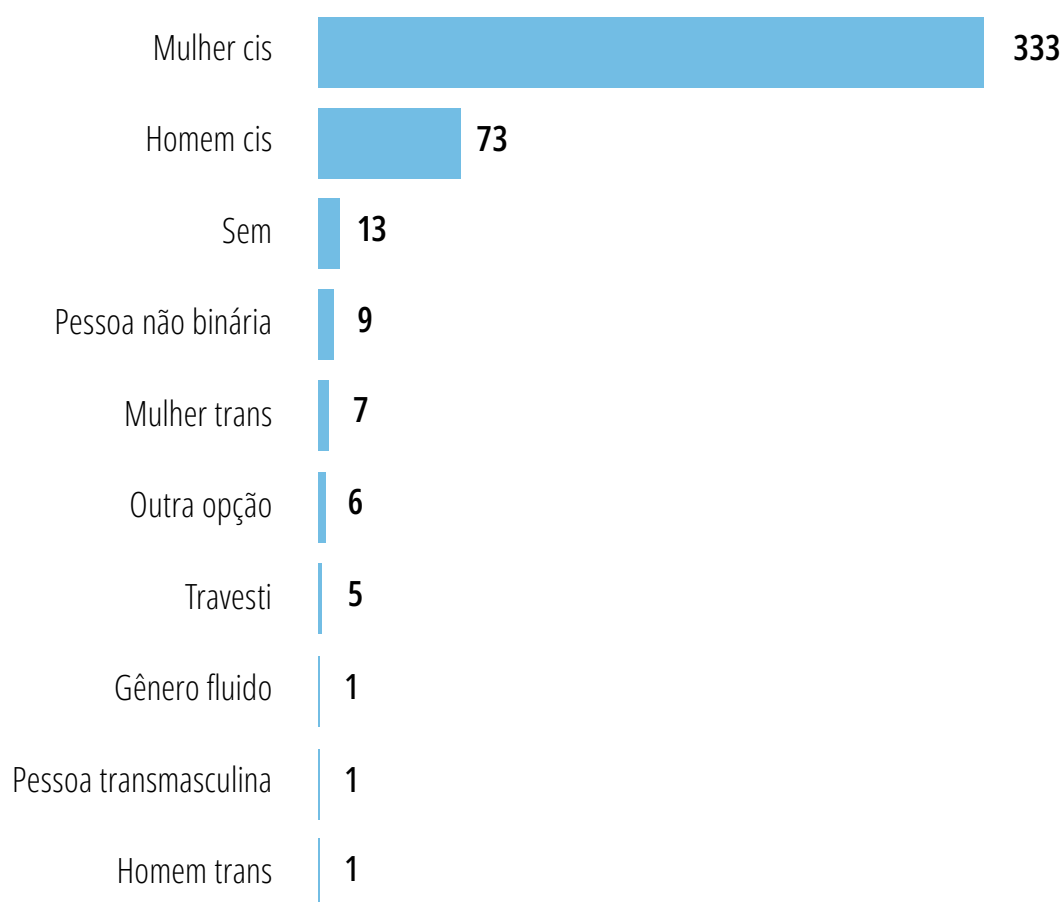
Quanto à localização territorial das participações, é natural maior incidência de quem reside no estado que sediou o evento, porém tivemos representações de todas as regiões do país.

FAIXA ETÁRIA

Faixa Etária	Quantitativo
18 a 30 anos	103
31 a 40 anos	161
41 a 50 anos	125
51 a 60 anos	41
61 +	14

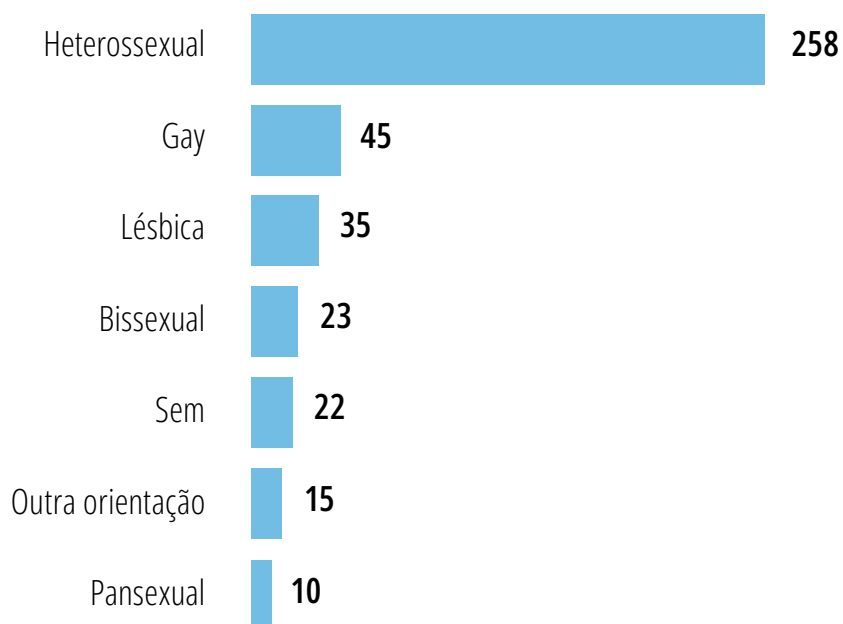
Notamos maior equilíbrio na distribuição de faixa etária, sendo as idades de 31 a 40 anos predominantes, porém as faixas de 18 a 30 anos e 41 a 50 anos tiveram um quantitativo expressivo. Assim como a soma das pessoas maiores de 51 anos, totalizando um número acima de 50 participações.

IDENTIDADE DE GÊNERO



Referente à identidade de gênero, tivemos o maior quantitativo de mulheres cis, o que reflete a maioria da composição da profissão, porém 13 pessoas não identificaram e seis assinalaram “outra”. De toda forma, ressaltamos o número e a diversidade das pessoas trans que compuseram o seminário.

ORIENTAÇÃO SEXUAL



Ressaltamos também a diversidade das orientações sexuais que aparecem no preenchimento, sendo o maior número (258) de pessoas heterossexuais e 22 não declararam. Da totalidade de participantes respondentes, 128 pessoas compõem a população LGBTQIA+.

Nos apêndices desse relatório, colocamos as avaliações recebidas, com sugestões e críticas para ser memória desse processo de construção de ações e subsidiar outras atividades futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminismo constitui o projeto ético-político, a defesa da emancipação humana. Falamos de um feminismo que se constrói orientado pela defesa radical da liberdade, do pluralismo e da democracia, contrário a todas as formas de hierarquias, desigualdades, opressões, exploração e exclusões. Nesse sentido, falamos de um feminismo emancipatório, portanto, anticapitalista, antirracista, anticapacitista. Um feminismo plural, o que significa dizer

que não parte de um modelo universal e homogeneizante de mulher, mas que considera a diversidade das experiências das mulheres trans, travestis e cis. Um feminismo transincludente.

A predominância das mulheres na composição da nossa profissão, assim como do nosso público usuário, também não pode ser esquecida. Mulheres diversas, predominantemente negras, trabalhadoras e periféricas. Mulheres, portanto, marcadas pela desigualdade patriarcal-racista-capitalista. Por isso, como destaca o informativo 'CFESS Manifesta' (2024) do Dia Internacional de Luta das Mulheres:

Esse lugar de observação da realidade proporciona, de um lado, um mergulho na nossa própria condição de trabalhadoras assalariadas e nas inúmeras jornadas que exercemos na sociabilidade capitalista e, de outro, nos proporciona identidade com as mulheres que cotidianamente atendemos, que vivenciam, em maior ou menor medida, as mazelas disponíveis ao Se Tornar Mulher (cis e trans), nessa sociedade (CFESS MANIFESTA, 2024)⁸.

Assim, o encontro com a perspectiva feminista não é apenas em nome das nossas usuárias, mas também por nós, como mulheres submetidas às violências cis-heteropatriarcais. Não defendemos, todavia, qualquer feminismo, mas a coerência com a democracia exige nos afinarmos com um feminismo plural e que se constitui na defesa de um projeto societário antipatriarcal, antirracista, anticapitalista e anticapacitista. Nesse sentido, não cabe falar em feminismo provocando exclusões ou mesmo violências às mulheres trans e travestis, por exemplo. Não cabe, portanto, falar em direitos à população trans provocando misoginias, violências contra mulheres e reproduzindo o patriarcado. Essas lutas não podem se dar em detrimento de outra, mas caminharem em sintonia. Afinal, as lutas feministas e em defesa da população trans/travesti, quando emancipatórias, caminham juntas e não se fragmentam, mas fortalecem a luta por outra sociedade.

Consideramos que, neste seminário, avançamos nessa interlocução entre diversidade trans e feminismo, além de uma maior visibilidade às travestis, aprofundamento da importância do respeito ao nome social (o que provocou a construção de uma nota do CFESS – disponível no apêndice deste relatório) e o início do debate sobre intersexos, que não havia sido

⁸ Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2024-8M.pdf>. Acessado em 20 de ago de 2024.

contemplado no primeiro seminário nacional.

Nessa perspectiva, o seminário buscou aprofundar as bandeiras de luta do Conjunto CFESS-CRESS, com ênfase em seu compromisso com as mulheres, população trans e travestis. Para tanto, buscamos tecer debates voltados à compreensão crítica da conjuntura brasileira; da história do Serviço Social na defesa da diversidade sexual e humana; socializar diferentes experiências no atendimento de assistentes sociais aos direitos das mulheres e da população

Um assunto importante foi o compromisso ético do Serviço Social em relação aos feminismos, às dissidências sexuais e de gênero e raça. O público também teve acesso a dados reais sobre as estatísticas que envolvem as violências contra a população trans no Brasil, trazidos na última mesa de debate.



trans; travesti, em diferentes políticas sociais, bem como pensarmos desafios às lutas feministas e pela diversidade trans/travesti.

Sabemos que pessoas travestis e transexuais são atendidas todos os dias por assistentes sociais nas diferentes políticas públicas e serviços sociais. São funções de assistentes sociais junto a esse público, por exemplo, a orientação sobre os procedimentos de redesignação sexual, processos de afirmação da identidade de gênero e retificação de nome e sexo no registro civil, além do trabalho de sensibilização e educação permanente com as equipes de trabalho. Também devemos atuar no fortalecimento da rede de apoio e sociabilidade às pessoas trans e travestis, trabalhando no fortalecimento coletivo com grupos, orientação e articulação da rede de serviços de atendimento e cuidado compartilhado, de modo a construir ações que garantam o acesso aos bens e serviços e ao pleno exercício da cidadania a que tem direito a população trans e travesti.

É preciso ressaltar ainda a importância de lutarmos pelo aumento do ingresso de pessoas trans na categoria, com condições de acesso e permanência de estudantes na graduação, e inserção de profissionais em espaços sócio-ocupacionais, considerando a relevância do protagonismo da comunidade na construção coletiva das respostas às violências sofridas pela comunidade trans e travesti. A defesa dos direitos e vida da população trans e travesti está intrinsicamente ligada à defesa da liberdade, da autodeterminação e dos direitos humanos em todas suas expressões da diversidade humana.

O acúmulo teórico, político e normativo sobre a diversidade sexual no Conjunto CFESS-CRESS revela o compromisso da nossa categoria em defesa da liberdade, nosso valor ético-central, bem como com os direitos humanos e o combate aos preconceitos e opressões. Seguimos em aliança em importantes espaços da luta pelos direitos da população LGBTQIA+, como no Conselho Nacional LGBTQIA+.

Anexamos a esse relatório o Manifesto Trans **“Nossas Vidas Importam e Pulsam Emancipação e Liberdade”** apresentada durante o Seminário e duas iniciativas do CFESS que foram posterior ao evento nacional: matéria sobre o nome social e a nova Resolução nº 1.095/2025. A normativa altera a Resolução CFESS nº 1.014/2022 e passa a isentar assistente social travesti e transexual do pagamento da segunda via do Documento de Identidade Profissional (DIP) decorrente da alteração do nome no registro civil ou para inserção do nome social. Também inserimos as avaliações que foram preenchidas por participantes do Seminário Nacional.

Esperamos que os resultados do seminário contribuam com as atribuições e competências do trabalho profissional com pessoas trans, considerando as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, para uma atuação comprometida com o atendimento qualificado, acolhedor e humanizado, que respeita a história e a vivência dessas pessoas. Além disso, esperamos que as contribuições do seminário reverberem para o movimento de resistências e fortalecimentos da luta por direitos e dignidade, apontando reflexões e avanços a serem perseguidos pela nossa profissão e suas entidades organizativas.

Dentro dessa diversidade, ressaltamos como indispensável a superação do sistema cis-heteropatriarcal, racista e capitalista e de suas bases sustentadoras, tanto materiais, como ideológicas, como o binarismo de gênero; a limitação e controle da sexualidade feminina, as violências contra as mulheres, a divisão sexual e racial do trabalho, dentre tantos outros desafios e barreiras a serem superadas, que possibilitem a transformação radical dessa sociedade.



REFERÊNCIAS



CFESS. Resolução CFESS nº 489, de 03 de junho de 2006. Brasília: CFESS, 2006. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_489_06.pdf

CFESS. Resolução CFESS nº 615, de 08 de setembro de 2011. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/615-11.pdf>

CFESS. Resolução nº 845, de 26 de fevereiro de 2018. Brasília: CFESS, 2018. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/ResolucaoCfess845-2018.pdf>

CFESS. Série Assistente Social no Combate ao Preconceito: Transfobia. Caderno 4. 2016. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS>

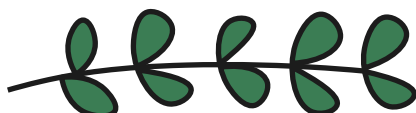
CFESS. Seminário Nacional de Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroSeminarioTrans2015-Site.pdf>

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana. Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social. Biblioteca Básica do Serviço Social. vol. 8. São Paulo: Cortez, 2018. HIRATA, Helena et al. (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009 (324 p.)

JESUS, Jaqueline G. de. Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos. 2ª ed. Brasília: Fundação Biblioteca Nacional, 2012a.

SARAIVA, Mayara. Serviço Social e a luta contra a transfobia como expressão da questão social. Mossoró, 2024.113p.

ANEXOS



CARTA ABERTA

Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/manifesto-trans-2024-nacional.pdf>

MANIFESTO TRANS "NOSSAS VIDAS IMPORTAM E PULSAM EMANCIPAÇÃO E LIBERDADE"

Nós, assistentes sociais de base, direções dos conselhos, bacharéis e estudantes do serviço social, PESSOAS TRANS, TRAVESTIS E NÃO-BINÁRIES, presentes no Seminário Nacional "Serviço Social, Feminismos e Diversidade Trans" e no 51º Encontro Nacional CFESS-CRESS, nesse movimento na história, nos reunimos e reafirmamos nossa presença nessa categoria profissional e na defesa da luta da classe trabalhadora.

Este momento possibilitou que nos aproximássemos, o que é histórico e essencial para nosso fortalecimento enquanto coletivo, bem como para o fortalecimento de nossas pautas nas diversas instâncias e entidades representativas do serviço social.

Avaliamos que a realização do Seminário Nacional “Serviço Social, Feminismos e Diversidade Trans”, marcou a construção histórica e o compromisso assumido pelo Conjunto CFESS-CRESS, e tem um importante marco na contribuição para o resgate e aprofundamento de temáticas caras às nossas comunidades.

Notamos que houve cuidado, sensibilidade, respeito e compromissos na condução dos debates e na construção do evento como um todo, sobretudo com as confecções de Crachás com campo para pronomes para exercício e reflexão da importância do uso correto dos pronomes; demarcação de banheiros seguros para todas as pessoas; presença de equipe de pessoas trans que estavam na recepção, credenciamento e acolhimento, essencial para a naturalização da convivência com nossas populações; mural da resistência foi também importante para garantir a expressão das pessoas presentes, estes detalhes fizeram diferença nos 2 (dois) dias do Seminário e no decorrer do Encontro Nacional CFESS-CRESS.

Ainda, a presença de lideranças dos movimentos sociais e de pessoas pesquisadoras qualificou debates que costumam se restringir à superficialidade, mas não nos limitamos ao letramento. Com o intuito de dar continuidade a nossa articulação, criamos um grupo no whatsapp exclusivo para pessoas trans inseridas no Serviço Social.

Aqui reafirmamos a necessidade do diálogo contínuo com as pautas das populações de TRAVESTIS, TRANSEXUAIS e PESSOAS NAO-BINÁRIES e aproveitamos o ensejo para indicar os pontos de atenção que nos atravessam, e devem ser inseridos/reafirmados no Plano de Lutas do Conjunto CFESS-CRESS:

- Realizar estudos da presença de pessoas trans no âmbito do Serviço Social nacionalmente, bem como em quais espaços sócioocupacionais onde nos inserimos, dando visibilidade e incluir as informações no perfil de assistentes sociais;
- Transversalizar nossas demandas nos diversos temas que perpassam o nosso trabalho e formação profissional, desta forma, aprofundando o debate em todas as comissões, em especial na ética, direitos humanos e seguridade social, nos núcleos descentralizados estrategicamente;

- Garantir a participação de pessoas trans negras, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência em atividades do conjunto;
- Incidir na construção das políticas afirmativas para nossa permanência nas universidades (graduação e pós-graduação);
- Incluir nos concursos do conjunto CFESS-CRESS cotas destinadas às nossas populações;
- Incidir politicamente na implantação de cotas trans nos concursos e processos seletivos;
- Convidar pessoas trans para abordar outros temas que não seja apenas sobre nossas demandas, e sim de toda a classe trabalhadora;
- Utilizar linguagem inclusiva de gênero, refutando a demarcação binária de gênero
- Fomentar a criação de comitê LGBTQIA+, com atenção especial às nossas pautas;
- Fortalecer os GT regionais já existentes e criação de GTs, comitês, fóruns e outros LGBTQIA+ nos regionais que ainda não possuem;
- Ampliar e fomentar a participação de pessoas trans nas assembleias, a fim de garantir presença nos encontros descentralizados e nacional;
- Materializar a relação com pessoas trans para além dos espaços formais;
- Possibilitar espaços autogeridos para discussões, garantindo condições objetivas de tempo e espaço dentro da programação nas atividades para a organização e articulação de assistentes sociais trans que incidem nos movimentos sociais;

Contudo, como apreendemos com o método crítico dialético, a análise da realidade se faz com sucessivas aproximações e a suspensão da cotidianidade, sobretudo com a necessidade de análises e aprofundamento de propostas para mudanças e buscando a emancipação,

neste sentido, se fez necessário também apontar as fragilidades que identificamos:

- Falta de presença de pessoas trans nas mesas de coordenações de eixos e debates para além do seminário;
- Necessidade de garantia a identidade das pessoas trans na comunicação verbal, principalmente com o uso dos pronomes e nome social em vários momentos, não respeitando o direito à autoidentificação e ao nome das pessoas trans ;
- Necessidade de maior reflexão de pessoas cis sobre a sua própria construção de gênero, desnaturalizando ideias e noções sobre o significado e sentido de corpos, gênero e identidade.

Finalizamos esta carta, destacando a urgência de acolhimento e a ampliação do respeito real às nossas histórias.

A revolução também é feita por nós, pois nossas existências já são revolucionárias e tem potencial de colaboração com a transformação radical da sociedade na construção de uma nova sociabilidade, sem opressões e exploração

**NOSSAS EXISTÊNCIAS DEVEM SER VALORIZADAS E PRESERVADAS
CIDADANIA E DIGNIDADE PARA TODAS, TODOS E TODES. NADA DE NÓS
SEM NÓS!**

Assinam:

Ange Maciel (elu/ele), pessoa não-binária. Na graduação de Serviço Social na UFSC, constrói o coletivo de cultura de rua Slam Cruz&Sousa, também o Coletivo Trans de Serviço Social Demétrio Campo, assim como o movimento estudantil enquanto condenadore regional da ENESSO RVI Santa Catarina.

Nate Garcia (elu/ele), pessoa não-binária agênero bissexual. Assistente social, compõe a base da delegação do CRESS-ES. Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília;

membro do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades do Espírito Santo (IBRATES) e do Fórum LGBT do município da Serra-ES. Trabalhadora da política de educação, atua no Programa Apoio, pela Secretaria do Estado de Educação do Espírito Santo.

Raphaela Fini (ela/dela), mulher trans, assistente social, trabalhadora do SUS, conselheira do CRESS-SP.

Brunë Magalhães (ela/dela), mulher trans, hetero, Assistente Social da Saúde (SAE/CTA), Assistente Social, Pedagoga, Socióloga, Mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela UFPB, Servidora Pública do Município de Vilhena/RO, Professora formadora do IFRO Bianca ENESSO R.

NOTA SOBRE NOME SOCIAL

Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2171>



A defesa dos direitos de pessoas trans é uma bandeira histórica do Serviço Social no Brasil. Recentemente, em setembro de 2024, o CFESS e o CRESS-MG promoveram o “Seminário Nacional Serviço Social, Feminismos e Diversidade Trans” em Belo Horizonte (MG). No evento, os debates tiveram como tema o acesso a direitos pela população trans e questões relativas ao exercício profissional de assistentes sociais. Para debater o assunto e reverberar reflexões sobre as opressões e violências vivenciadas pelas pessoas trans, o CFESS destaca o Dia Internacional da Memória Transgênero, celebrado em 20 de novembro.

Segundo dados do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaid/2020), mais de 90% da população trans já sofreu discriminação por conta de sua identidade

de gênero e, dentro do universo da pesquisa, 63,9% das pessoas trans declararam ter enfrentado, nos últimos 12 meses, dificuldades momentâneas ou frequentes para atender às suas necessidades básicas de alimentação, moradia ou vestuário. “Cabe reconhecermos que a população trans e travesti vive, em sua maioria, em situação de pobreza e precárias condições de vida, com necessidade de acesso à auxílios, benefícios e programas sociais para sobrevivência”, destaca o conselheiro do CFESS Agnaldo Knevit.

O Conjunto CFESS-CRESS compreende que o uso do nome social é direito: assistentes sociais devem respeitar o nome social de pessoas usuárias dos serviços e ter seu uso respeitado nos espaços sócio-ocupacionais. É importante destacar que travestis e transexuais, por vezes, também se autoidentificam como pessoas trans ou transgêneros. Existem diversas discussões a respeito das terminologias, que são mais amplas, envolvendo diferentes formas de expressão/identidade de gênero. São essas pessoas que utilizam o nome social para informar à sociedade o nome que as identifica em suas relações pessoais e sociais, adequado à sua expressão/identidade de gênero.

RESPEITO E DIREITO

O Conjunto CFESS-CRESS compreende que o uso do nome social é direito: assistentes sociais devem respeitar o nome social de pessoas usuárias dos serviços e ter seu uso respeitado nos espaços sócio-ocupacionais.

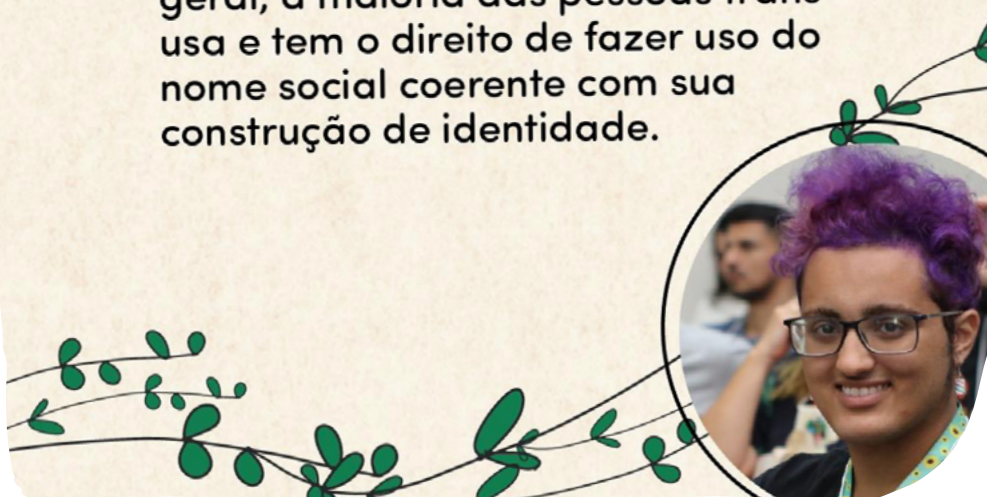


O direito ao nome social, tendo tratamento de gênero conforme se reconhece, deve ser assegurado e precisa ser respeitado por assistentes sociais e por demais profissionais. O desrespeito ao uso do nome social, bem como utilizar propositalmente o pronome (ela/ele, dela/dele) contrariando a identidade e escolha das pessoas, configuram-se como violências ao ferir o direito de livre expressão da singularidade da existência humana. “Lembramos que há pessoas não binárias e demais pessoas trans que também utilizam pronomes neutros (elu/delu). Precisamos reconhecer a diversidade humana e respeitar as particularidades da população trans!”, alerta a conselheira do CFESS Emilly Marques.

Afinal, o que é o nome social?

O QUE É

O nome social tem uma relação com a expressão/identidade de gênero e corresponde à forma como cada pessoa se reconhece, é reconhecida, identificada e denominada em sua comunidade e inserção social. Em geral, a maioria das pessoas trans usa e tem o direito de fazer uso do nome social coerente com sua construção de identidade.



É importante entender que o nome social é um nome diferente do que consta no registro civil da pessoa. O nome social tem uma relação com a expressão/identidade de gênero e corresponde à forma como cada indivíduo se reconhece, é reconhecido, identificado e denominado em sua comunidade e inserção social. Em geral, a maioria das pessoas trans

usa e tem o direito de fazer uso do nome social coerente com sua construção de identidade, recusando a exposição do nome designado ao nascer, que consta em registro civil. É este nome que a pessoa deseja ouvir quando é abordada e é este nome que se chama de “nome social”.

O nome social não é um apelido!

Apelido é uma designação particular para se referir a alguém em vez do nome próprio. Nome social é identidade, refere-se à autodeterminação de gênero. Conforme explicitado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra/2022), “o princípio da autodeterminação de gênero será usado como termo guarda-chuva para falar sobre o direito humano de uma pessoa trans afirmar-se enquanto sujeito, inclusive independente de regulamentação pelo estado. E quando falarmos em autodeclaração, este estará diretamente relacionado a questões como a retificação registral ou uso do nome social, direitos que estão ligados a algum tipo de reconhecimento legal”.

COMPROMISSO

Esse direito não deve ser violado ou, por vezes, minimizado ou ridicularizado. Assistentes sociais devem se comprometer com o enfrentamento dos preconceitos, da desinformação e se opor a qualquer situação vexatória que, porventura, exponha a população atendida.



Esse direito vem sendo amplamente violado ou, por vezes, minimizado ou ridicularizado. Assistentes sociais devem se comprometer com o enfrentamento dos preconceitos, da desinformação e se opor a qualquer situação vexatória que, porventura, exponha a população atendida. “As pessoas usuárias dos serviços onde atuam assistentes sociais devem ter o uso do nome social respeitado, assim como assistentes sociais travestis e trans também devem ter o direito de utilizá-lo em seus locais de trabalho e em todos os espaços em que estiverem”, enfatiza a conselheira do CFESS Mirla Cisne.

Quem define o nome social é a pessoa trans ou travesti

Ao se comunicar com uma pessoa trans, é imprescindível utilizar uma linguagem adequada ao gênero com que ela se identifica. Mesmo que uma pessoa solicite utilizar um nome social entendido como feminino, mas se apresente com vestimentas ou atributos que são culturalmente consideradas masculinas ou vice-versa, o nome social que ela solicitar deve ser assegurado.

ATENÇÃO

Ao se comunicar com uma pessoa trans, é imprescindível utilizar uma linguagem adequada ao gênero com que ela se identifica. Mesmo que uma pessoa solicite utilizar um nome social entendido como feminino, mas se apresente com vestimentas ou atributos que são culturalmente consideradas masculinas ou vice-versa, o nome social que ela solicitar deve ser assegurado.



Ela pode estar passando pelo momento de transição social de gênero ou até mesmo se expressar dessa maneira. Não se deve pressupor as características físicas ou a identidade de gênero de uma pessoa por sua aparência, expressão/papel de gênero. Ao utilizar algum pronome de tratamento, este deve ser adequado à forma como a pessoa quer ser tratada. Sempre pergunte: como você gostaria que te chamasse? Como devo me referir a você? Respeito e diálogo são fundamentais.

Assistentes Sociais têm direito ao uso de seu nome social nos espaços de trabalho e no Conjunto CFESS-CRESS!

O Serviço Social foi uma das primeiras categorias profissionais no Brasil a garantir a utilização do nome social na atuação de profissionais travestis e transexuais e, posteriormente, a assegurar o nome social no Documento de Identidade Profissional (DIP), conforme estabelecido na Resolução CFESS nº 785/2016.

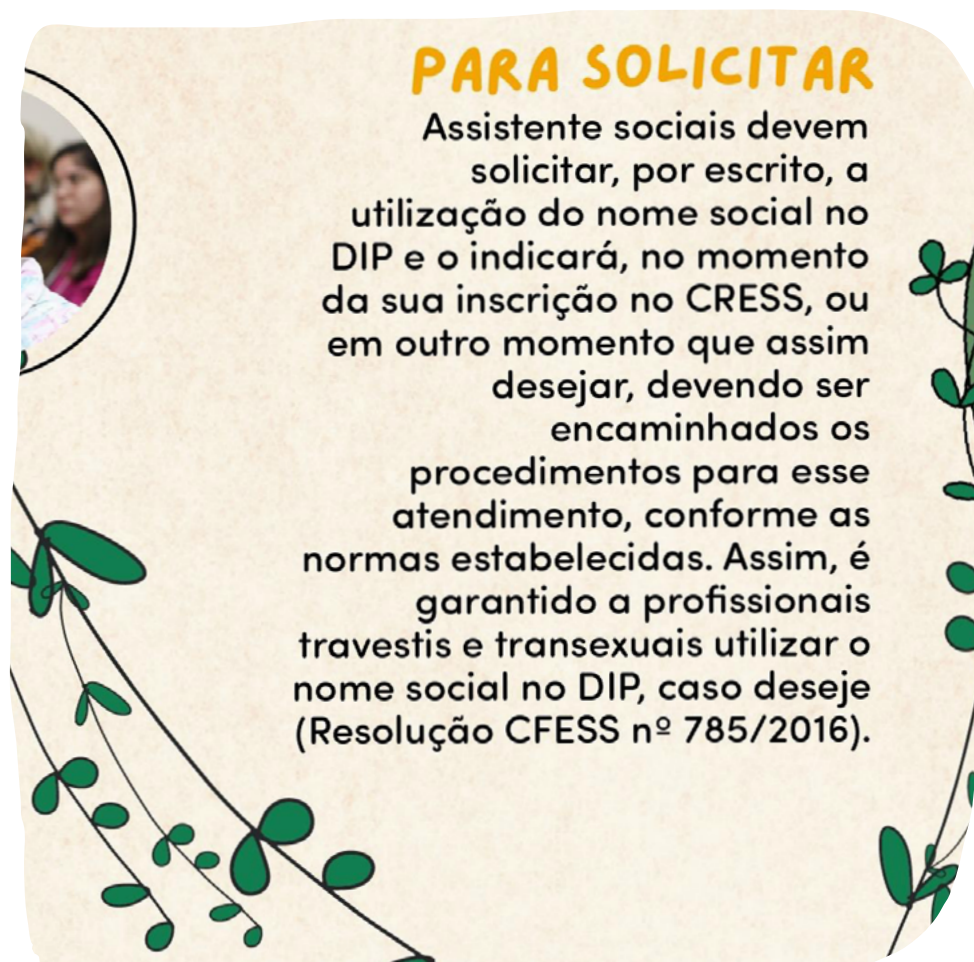


Assistente sociais devem solicitar, por escrito, a utilização do nome social no DIP e o indicará, no momento da sua inscrição no CRESS, ou em outro momento que assim desejar, devendo ser encaminhados os procedimentos para esse atendimento, conforme as normas estabelecidas. Assim, é garantido a profissionais travestis e transexuais utilizar o nome social no DIP, caso deseje, conforme estabelecido na Resolução CFESS nº 785/2016, considerando que toda pessoa tem direito ao tratamento correspondente à sua identidade de gênero. Originalmente, o nome social vinha descrito no anverso do DIP, junto à fotografia, deslocando-se o nome civil para o verso do documento.

Contudo, dando continuidade às discussões e avanços sobre o tema, a Manifestação Jurídica CFESS nº 51/2024-V, fundamentada no Tema 761 (Repercussão Geral) do Supremo Tribunal Federal, entre outros argumentos, entendeu pela oportunidade de atualização da Resolução CFESS nº 1.014/2022, para que o DIP preveja apenas o campo “nome”, sem distinção entre “nome social” e “nome civil”. Essa mudança busca assegurar o respeito integral à expressão/identidade de gênero da pessoa, estando ainda em plena consonância com o Código de Ética Profissional (Resolução CFESS nº 273/1993), com as decisões reiteradas do fórum máximo de deliberação da profissão (art. 9º da Lei nº 8.662/1993) e com o histórico de normas expedidas pelo CFESS para afirmar os direitos fundamentais da população LGBTQIA+/trans.

Recentemente, no 51º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, a categoria aprovou a deliberação de garantir a gratuidade da segunda via do DIP para assistentes sociais trans e travestis, considerando o novo layout, no qual o nome social será garantido no campo denominado apenas “nome”, sem que haja necessidade de constar, também, o nome civil.

Com essa aprovação, assim que a deliberação estiver regulamentada por meio de Resolução do CFESS, profissionais que desejarem utilizar exclusivamente o seu nome social no DIP poderão comparecer ao CRESS e solicitar a atualização no cadastro profissional de forma que o nome civil não seja exibido no documento. Seu número de inscrição será mantido, preservando todas as informações de seu histórico, mas será emitido um novo DIP, para que conste exclusivamente o seu nome social, denominado apenas “nome”. A pessoa responsável no CRESS, de posse da solicitação, poderá realizar a atualização dessas informações. Essas mudanças ainda estão em fase de implementação.



“Um aspecto importante é que não é necessário informar o nome civil em crachá, carimbo ou em assinaturas de documentos, como prontuários e relatórios. Nesse caso, devem constar o nome social e o número de inscrição no CRESS”, observa a conselheira Emilly Marques.

Ela acrescenta que também está disponível o folder “Orientações para o atendimento de pessoas trans e travestis no Conjunto CFESS-CRESS”, material informativo que oferece subsídios para um atendimento nos espaços dos Conselhos de Serviço Social, que reconheça e respeite a expressão e identidade de gênero das pessoas trans.

[Clique aqui e acesse o folder.](#)

Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu sobre a questão

No dia 17 de outubro de 2024, o STF retomou a discussão sobre o uso de termos inclusivos na Declaração de Nascido Vivo (DNV). A discussão no STF teve início em 2021, ano em que os termos direcionados para se referir a quem passou pelo trabalho de parto eram centrados somente na figura da mãe. O termo em questão é “parturiente”, que pode ser usado para definir quem está em trabalho de parto ou quem acabou de parir. Foi a partir da decisão feita pelo ministro do STF Gilmar Mendes, que aconteceu a substituição da categoria “mãe” pela categoria “parturiente” nos serviços de saúde. Entretanto, em 2024, esta discussão retornou ao STF, incluindo, assim, os termos “parturiente e/ou mãe” e “responsável e/ou pai”, sendo o último de preenchimento opcional. Assim, entende-se que o uso deste termo nos serviços de saúde torna mais inclusivo o acesso da população trans às políticas de saúde, além de reconhecer as diversas configurações familiares.

Além do Decreto Federal nº 8.727/2016, que regulamenta o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais na administração pública federal, merece destaque também a Instrução Normativa Conjunta MGI/MDHC nº 54/2024, que estabelece diretrizes para o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis, transexuais ou transgêneras nos concursos públicos para provimento de cargos públicos e nos processos seletivos simplificados para a contratação por tempo determinado de que trata a Lei nº 8.745/1993, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Além da decisão do STF, a recente atualização de alguns itens específicos do Cadastro Único, de acordo com o Informe nº 56/2024 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), pode ser considerada um avanço, no sentido do reconhecimento do uso do nome social e de enfrentamento da transfobia, ao alterar alguns campos do formulário, visando a aperfeiçoar a coleta de dados e promover a inclusão social, como retirada dos termos “mãe” e “pai”, para “filiação 1” e “filiação 2”, retirada do termo “Apelido/Nome Social” para “Nome Social”, inclusão dos campos “Deseja informar gênero?”, “(Nome) é uma pessoa trans ou travesti?” e “Qual é o gênero/identidade de gênero(Nome)?”.

Respeitar e utilizar o nome social é um direito humano!

É um direito humano de travestis e transexuais o reconhecimento pelo nome e pronome que se identificam e atribuem à sua expressão/identidade de gênero. Desde junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) também determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passasse a ser crime. A realidade, contudo, ainda é extremamente violenta. De acordo com dados da ONG Transgender Europe (TGEU), o Brasil é o país do mundo que mais mata pessoas trans, (travestis, transexuais, transgêneros), informação reforçada pela Antra. A associação divulgou que o Brasil segue como o país que mais assassinou pessoas trans pelo 15º ano consecutivo, com um aumento de mais de 10%. Além do extermínio físico, há também a morte social, que perpassa frequentemente a invisibilidade e violação de direitos, sendo outra maneira de negar a existência.

“Nesse contexto, ao utilizarmos o nome social, estamos respeitando a identidade e a existência da pessoa, o que é fundamental para vinculação aos serviços e possibilidades de garantias de outros direitos”, completa Agnaldo Knevitz, conselheiro do CFESS.

**NOVA RESOLUÇÃO DO CFESS ISENTA ASSISTENTE SOCIAL
TRAVESTI E TRANSEXUAL DO PAGAMENTO DA SEGUNDA VIA
DO DIP (DOCUMENTO DE IDENTIDADE PROFISSIONAL)**

CLIQUE PARA ACESSAR



O CFESS divulga hoje a nova Resolução nº 1.095/2025. A normativa altera a Resolução CFESS nº 1.014/2022 e passa a isentar assistente social travesti e transexual do pagamento da segunda via do Documento de Identidade Profissional (DIP) decorrente da alteração do nome no registro civil ou para inserção do nome social.

A medida foi encaminhada pelo Conselho Pleno do CFESS, reunido em março de 2025, como forma de atendimento parcial a uma deliberação do 51º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS.

A deliberação versa tanto sobre a isenção do pedido de segunda via, como sobre a alteração do layout do DIP, para considerar o nome social no campo denominado “nome” no referido documento. No entanto, em virtude da mudança nos sistemas informatizados de todo o Conjunto CFESS-CRESS (em todos os estados), essa segunda etapa da deliberação ainda não foi possível e, por esse motivo, a resolução publicada cumpre parcialmente, mas já garante o direito à isenção, nos termos da deliberação coletiva do Conjunto.

A conselheira do CFESS Emilly Marques destaca que a normativa configura mais um direito garantido a assistentes sociais travestis e transexuais e mais um avanço que o Conjunto empreende nessa pauta.

Clique [aqui](#) e confira a Resolução CFESS nº 1.095/2025

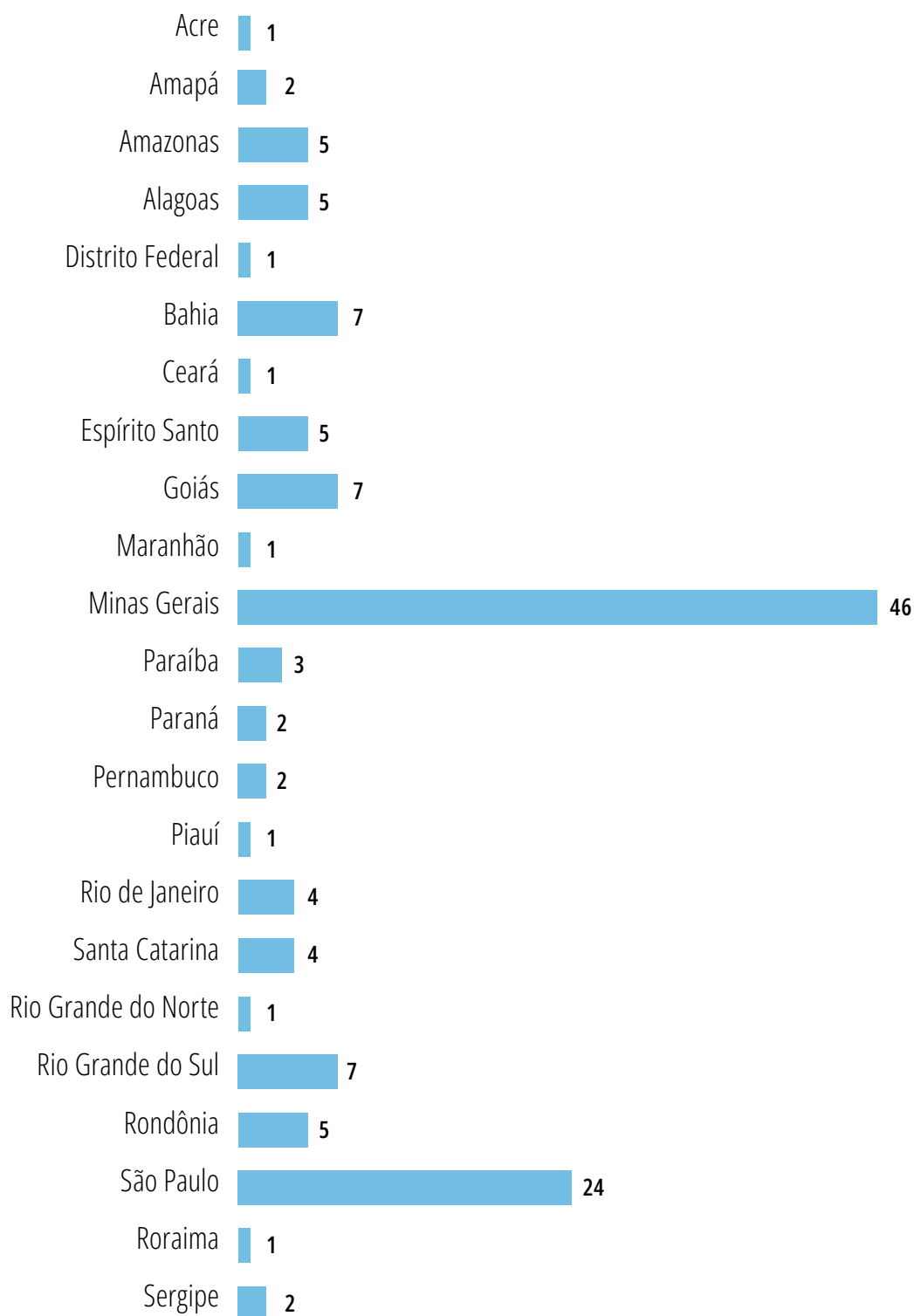
A defesa dos direitos de pessoas trans é uma bandeira histórica do Serviço Social no Brasil. Assistentes sociais não só atendem essa população nos espaços de trabalho, como há profissionais trans e travestis dentro da própria categoria, conforme apontam os dados do Perfil de Assistentes Sociais no Brasil.

O Serviço Social foi uma das primeiras categorias profissionais a assegurar o direito à utilização do nome social no documento de identidade profissional (DIP), conforme Resolução CFESS nº 615/2011.

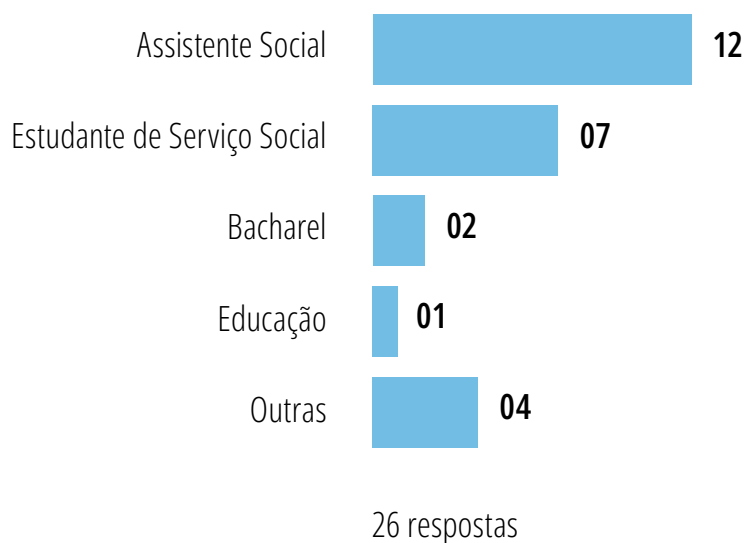
Confira a Resolução na íntegra: https://www.cfess.org.br/uploads/legislacao/5107/OH1FkpRfZmRBj1dAgNgkyP_20QGrHFU2.pdf

AVALIAÇÕES DE PARTICIPANTES

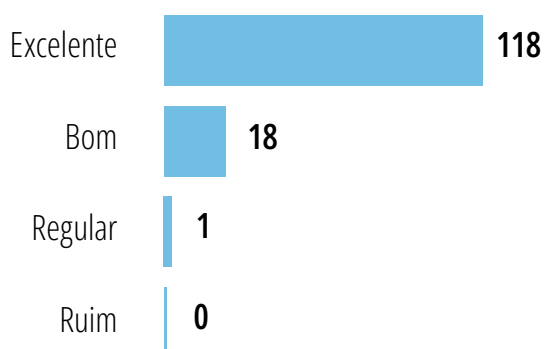
1. Informe em qual estado você atualmente reside.



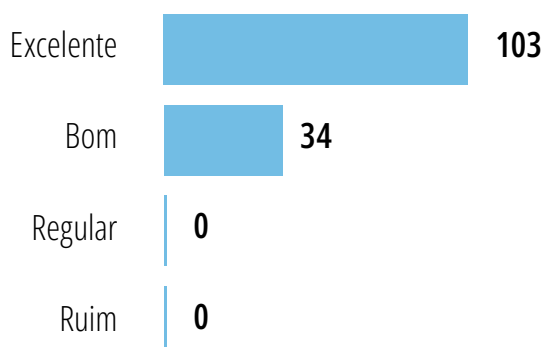
2. Se não é assistente social, indique abaixo sua formação e/ou área de atuação/militância.



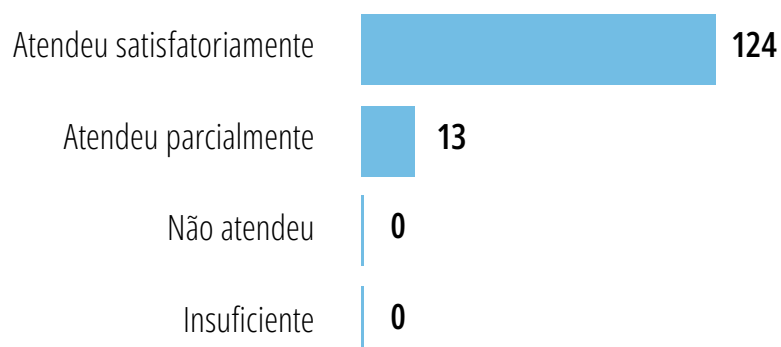
3. Avalie as informações disponibilizadas no site do seminário.



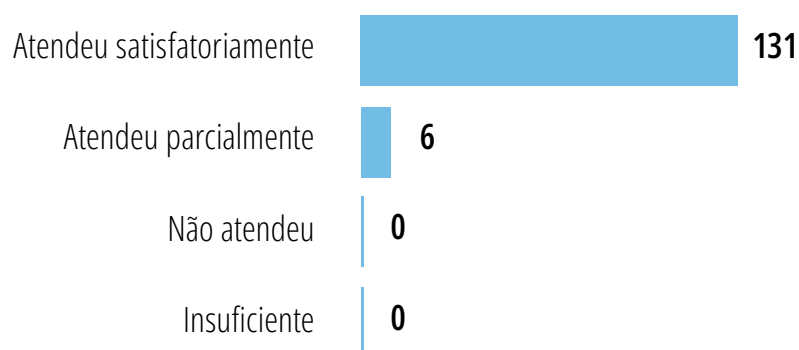
4. Como você avalia a realização do Seminário Nacional Serviço Social, Feminismos e Diversidade Trans, considerando o local do evento e espaço físico?



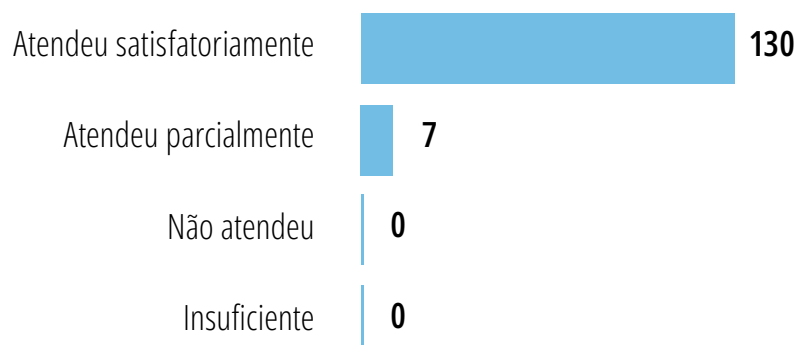
5. Como você avalia a organização da sequência das palestras e debates?



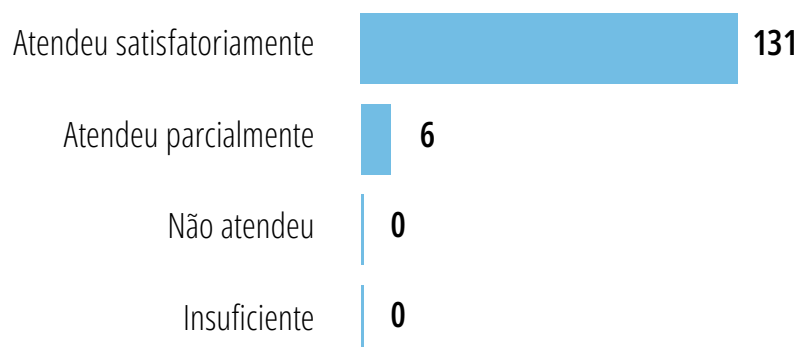
6. Sobre a Mesa “Serviço Social, Feminismos e Diversidade Trans: aliança entre teoria, história e desafios políticos frente ao conservadorismo” Com Silvana Mara, Amanda Palha e Mayara Saraiva. Mediação: Luana Braga – Como você avalia os temas abordados e palestrantes?



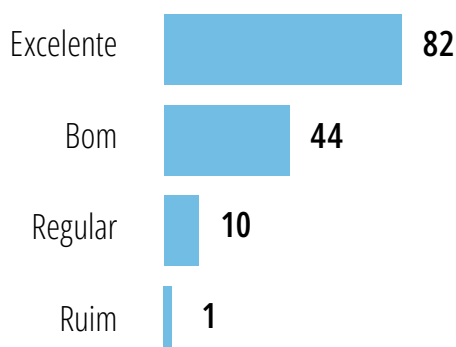
7. Sobre a Mesa “O exercício profissional de assistentes sociais com pessoas Trans nos serviços e políticas Públicas”, com Liliane Caetano, Agnaldo Engel, Thiago Stephan Moreira e Pam Herrera Mediação: Raphaela Fini – Como você avalia os temas abordados e palestrantes?



8. Sobre a Mesa “Feminismos e diversidade Trans: desafios para o trabalho profissional comprometido com a luta anticolonialista, antipatriarcal, antirracista, anticolonialista e transincludente”, com Rayane Noronha Oliveira, Bruna Benevides (ANTRA), e Fabian Algarte (IBRAT). Mediação: Emilly Marques – Como você avalia os temas abordados e palestrantes?



9. Tempo de exposição, debates e exposição.



10. Caso tenha complementações acerca das perguntas anteriores, este espaço está disponível para sugestões, recomendações, críticas e outras considerações ou tenha complementações acerca das perguntas anteriores, este espaço está disponível para sugestões, recomendações, críticas e outras considerações.

Apontamentos sobre: **Programação/Horários**

Apenas um incômodo com alguns atrasos, comuns a eventos desse porte.

Poderia ser mesas com duas pessoas apenas e um haver um intervalo entre as mesas.

Apontamentos sobre: Conteúdo
Debate complexo de bom uma forma boa, ansioso para o próximo.
O Seminário foi excelente, porém alguns dos palestrantes falou muito rapidamente o que comprometeu um pouco a compreensão das palavras faladas.
Apontamentos sobre: Elogio/ relevância
O evento foi de grande importância para o exercício profissional.
Foi incrível vocês são impecáveis.
Que seja permanente.
Parabéns aos organizadores, o seminário foi ótimo.
Parabenizar a realização deste importante seminário com potentes debates.
Parabenizar ao CFESS e ao CRESS MG pelo excelente evento.
Foi excelente.
O Seminário foi de grande conhecimento e será fundamental para trabalhar com a população trans. Os palestrantes são perfeitos e todos passarão seus recados com precisão. Gratidão pela oportunidade e que eu tenha a oportunidade de participar de outros encontros que virão.
Seminário extremamente necessário e bem-organizado, poderia durar mais! Parabéns, comissão organizadora.
Foi ótimo, superou as expectativas. Orgulho da nossa categoria.
Como sou estudante o seminário foi enriquecedor. Vou sair com muito conhecimento.
A cada ano que se passa o CFESS só melhora na organização de eventos na direção do aprimoramento intelectual e da postura ética. Só orgulho do meu conselho profissional!
Ótimo evento, faltou coffee break.
Gostaria de destacar a mediação da Raphaela Fini. Uma elegância e assertividade que foi um aprendizado. Apenas destacaria a necessidade de pensarmos formas de educar quem irá fazer as perguntas. Alguns não respeitam o tempo e fazem uma minipalestra, sobretudo homens.
O espaço criança, com as duas excelentes brincantes, viabilizou a participação no evento.
Apontamentos sobre: Críticas
As cadeiras do espaço não eram confortáveis.
Na minha opinião só faltou a disposição de orientações sobre as alternativas e locais para alimentação. Também gostaria de sugerir que fosse criado a partir dos debates e demandas deste evento um núcleo/ grupo enquanto rede de apoio, atualização das conquistas e desafios, para fortalecimento do exercício profissional enquanto sujeito pertencente a comunidade LGBTQIA+.

Pontualidade pouco observada.
Os debates foram aparentemente prolixos.
Houve baixa participação de público de pessoas trans.
O seminário foi ótimo, cumpriu com seu papel de ampliar espaço de debate. Acredito que o tempo para explanação de temáticas tão importantes deixou a desejar, levando a uma desorganização da agenda.
Os debates foram prolixos e o evento acabou ficando maçante.
Precisamos encontrar uma nova forma de nos comunicar e passar informações, pois o modelo de palestra é cansativo e, no final, já não conseguimos absorver todo o conteúdo.
Em relação ao tempo de fala tanto dos palestrantes como das pessoas que tiveram o direito a fala precisava ser rigorosamente respeitado, desta forma não aconteceria o que de fato ocorreu no último dia quando muitos assim como eu não pode ficar para o final. No mais agradeço ao CRESS MG por proporcionar um dos melhores momentos da minha vida em relação à minha profissão estão de parabéns.
Apenas uma crítica sobre o auditório que ficou apertado entre as cadeiras e corredores.
Acredito que a organização do evento falhou em aspectos relacionados a organização dos horários, fazendo com que o debate e participação das pessoas não palestrantes se torne limitante no sentido do tempo, impedindo que algumas pessoas Travesti como eu, não pudesse exercer uma falar de contribuição para com a temática que fala também sobre mim. Inclusive achei desrespeitoso começar a segunda mesa do segundo dia as 14h, quando o bloco da manhã atrasou, acabando as 13:30, fazendo assim com que perdesse parte da mesa da tarde pois precisava almoçar.
Achei que algumas apresentações muito teóricas e densas para formato do evento. Acredito também que por serem dois dias de evento em dois turnos poderia se pensarem grupos de trabalho, para que a participação e entendimento fossem melhores. Mas foi um aprendizado incrível e foi muito bom ter a oportunidade de aprender sobre diversidade Trans.
Apontamentos sobre: Sugestões
Senti falta apenas de falar um pouco sobre assexualidade.
Horário de almoço curto. Poderia ser de 1h30.
Sugiro continuidade do debate nos regionais e a formação de um GT e/ ou comitê.
Deveria ter mais um dia do evento, tendo em vista a grandiosidade e complexidade da temática.
Acredito que seria importante ter menos palestrantes para valorizar mais a fala e ter mais tempo para a explanação.
Abrir espaço de perguntas ou de vivência do e da A S.
Gostaria de sinalizar que houvesse mais espaços como esse. Pois essa temática precisa avançar muito mais, tendo em vista inúmeros pontos como podemos observar durante o seminário.
Pouco tempo para apresentação, sem espaço de debate.

Sugeriria a inserção de intervalos curtos no período da manhã e da tarde.
Sugestão: mais mesas com números menores de palestrante, para que possamos aprofundar na discussão com a plenária! Foi excelente, incrível! Amei e aprendi muito.
As mesas foram maravilhosas, contudo, a composição delas com 3 pessoas comprometeu o tempo para as discussões realizadas pelos expositores. Penso que poderíamos pensar uma mesa formada com menos pessoas e mais tempo para exposição.
Precisava incluir lanche. Administrar melhor o tempo.
Ter menos barulho e menos luzes.
Ressaltar a excelente programação e contribuições das mesas. Único destaque é a importância da adequação do tempo pelos mesmos, para que nenhum palestrante fique prejudicado pelo cansaço da platéia. Vcs estão de parabéns!
Acho interessante rever a tecnologia de legenda pois vi muitos erros e ressaltar a importância sobre os pronomes.
Penso que se tivesse menos palestrantes seria mais interessante, pois daria mais oportunidade de cada palestrante se aprofundar mais no seu assunto. E deveria ter intervalos oficiais, para ficar menos cansativo, pois no formato ficam 3/4 horas seguidas, o que deixa o seminário cansativo e os participantes se distraem demais.
Seria legal um coffebreak com o pessoal pra socializar ao fim do primeiro dia de evento. Desejo que nos próximos haja mais tempo, mais dias de palestras e exposições para que mais temas possam ser abordados.



ACESSE A COBERTURA FOTOGRÁFICA DO SEMINÁRIO NO LINK:

[HTTPS://DRIVE.GOOGLE.COM/DRIVE/FOLDERS/1PUSTGGm6C7_8PKU7tBBEBXU0FEBQ7-nB](https://drive.google.com/drive/folders/1PUSTGGm6C7_8PKU7tBBEBXU0FEBQ7-nB)

